

REVISTA DA **ASTRAI**

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas



Mais qualidade e integração na comunicação pública

DEBATE APONTA SOLUÇÕES PARA EMISSORAS PÚBLICAS

MAIS INFORMAÇÃO E INTERATIVIDADE NO NOVO SITE DA ASTRAL

RIO GRANDE DO NORTE E TV LEGISLATIVA, UMA DÉCADA DE PARCERIA

INTERATIVIDADE E TV DIGITAL DOMINAM DISCUSSÕES NA PARAÍBA

ASSUMA O CONTROLE

Soluções de ponta a ponta para TVs públicas e legislativas



Somos especializados no mercado público e legislativo, e por isso sabemos dos novos desafios impostos às emissoras de TV do setor. Oferecemos projetos inteligentes, otimizando a operação e se encaixando em qualquer orçamentos.

DIGITALIZAÇÃO

Em parceria com a Cloud.TV, desenvolvemos o serviço de digitalização rápida de acervos, tornando o seu legado disponível para uso, de maneira simples e ágil, além de torná-lo compatível com as novas tecnologias de cloud computing.

CATALOGAÇÃO

A gestão de conteúdo em uma emissora de TV é um grande desafio nos dias de hoje, já que os volumes de material digital crescem diariamente.

Para atender essa demanda firmamos uma parceria com a Media Portal, principal desenvolvedor nacional de sistemas de MAM.

Essa ferramenta já é utilizada na TV Cultura, EPTV, TV TEM, TRAFFIC, SENAC, SESC, entre outros.

CLIENTES EM TODO O BRASIL

TV Câmara São José dos Campos (SP),

TV Câmara Bauru (SP),

TV Câmara Sete Lagoas (MG),

Universidade Federal do Maranhão (UFMA),

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),

Universidade Federal de Sergipe (UFS),

Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

acesse e conheça
www.4k.tv.br

15 3218.1178



Cooperação, interatividade e a Rede Legislativa

As emissoras legislativas de televisão se preparam para dar um novo salto. Com o advento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital no Brasil e a partir das inovações possíveis com o desenvolvimento do middleware Ginga, que permite a utilização de recursos de interatividade, a televisão passa a ser potencialmente uma nova plataforma eletrônica a serviço do cidadão.

A existência desse tipo de recurso, associado à multiprogramação, que favorece o compartilhamento de custos de instalação e manutenção dos sistemas de transmissão, nos permite vislumbrar uma participação efetiva da sociedade no parlamento por meio da televisão. Os primeiros testes de um aplicativo com funções interativas para as atividades do processo legislativo, mais exatamente para o andamento das reuniões de plenário, tem sido feitos e foram objeto do encontro realizado pela Astral em João Pessoa, na Paraíba.

A Universidade da Paraíba, uma das instituições participantes dos consórcios que criaram o sistema brasileiro de TV digital, é um importante centro de referência nesta área e colabora com esta e outras iniciativas apoiadas pela Astral. A intenção da Câmara dos Deputados, protagonista da Rede Legislativa de TV Digital, é testar um modelo que possa posteriormente ser aproveitado também pelas assembleias legislativas e câmaras municipais.

Além da interatividade, está no radar das emisso-

ras legislativas, por meio da rede digital, desenvolver produtos para melhorar a programação das emissoras coligadas, com a utilização de um software de telejornalismo para uso comum a todos os interessados.

Também está no foco da Astral a possibilidade de construir um grande banco de produções, elaboradas por cada um de seus associados, e disponibilizá-lo a todos, gratuitamente. Um documentário produzido no interior do Ceará poderá ser exibido pela Assembleia do Rio Grande do Sul e, assim, indefinidamente, de forma a resolver o grande desafio das casas legislativas de preencher uma grade de 24 horas, sem que isto represente um custo significativo em seus orçamentos.

Ainda precisamos avançar muito para alcançar tais objetivos. O primeiro passo foi dado com a criação da Rede Legislativa. Os passos seguintes tem sido dados por cada parceiro desta rede, de forma muito intensa. Mas o que se mostra definitivo na construção desse modelo é o fato de sermos capazes de enxergar exatamente aonde queremos chegar, graças à disponibilidade de um corpo técnico capacitado e extremamente motivado para trabalhar em regime de cooperação. Uma experiência inovadora, responsável e solidária.

Rodrigo Lucena

*Presidente da Astral e
diretor da TV Legislativa de Minas Gerais*

“Além da interatividade, está no radar das emissoras legislativas, por meio da rede digital, desenvolver produtos para melhorar a programação das emissoras coligadas, com a utilização de um software de telejornalismo para uso comum a todos os interessados”

Desde 2011, a Câmara dos Deputados passa por grandes mudanças em sua organização



ASTRAL

PRESIDENTE

Rodrigo Barreto Lucena
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

1ª VICE-PRESIDENTE

Evelin Maciel
Câmara dos Deputados

2º VICE-PRESIDENTE

Sérgio Figueiredo
TV Câmara de Ribeirão Preto

DIRETOR TÉCNICO

Wanderley de Oliveira
Assembleia Legislativa do Mato Grosso

SECRETÁRIO GERAL

Afonso Lopes
Assembleia Legislativa de Goiás

TESOUREIRO

Guilherme Brandão Minassa
Câmara Municipal de Belo Horizonte

CONSELHO FISCAL

| TITULARES

Marisa Elisete Libardi
TV Câmara dos Vereadores de Piracicaba - SP

Antônio Magalhães

TV Assembleia Legislativa de Pernambuco

Maurício Pandolphi

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

| SUPLENTE

Suelen Costa
Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Pedro Motta Lima

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

CONSELHO TÉCNICO

Marcos Amaral Rainho Ribeiro
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Carlo Antônio

Câmara Municipal de Itajaí - SC

Vicente Romano

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Luís Flávio Menezes

Câmara dos Deputados

Evandro Castanheira Lacerda

Câmara Municipal de Lavras - MG

ASTRAL - Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas

SGAS 902 – Ed. Athenas – Bloco C
Salas 120/127 – Asa Sul – CEP: 70390-020 – Brasília | DF
www.astralbrasil.org | Tel: +55 (61) 3037-3773

SEMINÁRIO JOÃO PESSOA

Evento debateu
TV Digital e interatividade

14



31 RELAÇÃO TRABALHISTA

*Modelo de contratação
da TV Câmara mineira*

32 INTERNET

*Site da Astral ganha
nova cara
Mudança inclui
acesso por dispositivos
móveis e, em breve,
compartilhamento de
programação*

SEMINÁRIO UBERLÂNDIA

Especialistas e profissionais do setor
trataram dos desafios na produção de
conteúdo e formação de equipes

26



35 ASSOCIADOS

*Emissoras relatam como
driblaram as dificuldades
e colocaram no ar uma
programação de qualidade*



ADMINISTRAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA:

Rua Olivério Guaranha, 41 | CEP: 02415-080
São Paulo - SP | Tel.: +55 (11) 2979-0806

EDITOR

Andrezza Queiroga | MTB 35.540/SP
redacao@astralbrasil.org

PUBLICIDADE

Edmilson Oliveira
comercial@astralbrasil.org
comercial@embrasec.com.br

ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Faria de Oliveira
anamaria@embrasec.com.br

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Janaina Cavalcanti | jan_ac@hotmail.com

REVISÃO

Isabel Alencar | alencar.isabel@gmail.com

FOTO DA CAPA

Cristina Perez | cristina-perez@uol.com.br

IMPRESSÃO

Silvamarts Gráfica e Editora

VERSÃO ELETRÔNICA

EMBRASEC | web@astralbrasil.org

DISTRIBUIÇÃO

MTLOG BRASIL e CORREIOS

REVISTA DA ASTRAL
ANO 02 | Nº 04 | DEZEMBRO/2013



Integração de redações – Um caminho sem volta

Desde 2011, a Câmara dos Deputados passa por grandes mudanças em sua organização. Após ampla discussão interna e seguindo uma tendência de convergência de mídias, foi consolidada uma nova rotina de trabalho, com a definição de pauta e produção únicas para todos os veículos de comunicação. O resultado deste trabalho pode ser visto no livro *Convergência e Integração na Comunicação Pública*, que acaba de ser lançado.

POR | EVELIN MACIEL

Convergência e Integração na Comunicação Pública registra a integração de processos e redações vivenciada na Secretaria de Comunicação (Secom) da Câmara dos Deputados, em Brasília, a partir de 2011. Relata a construção de uma nova rotina de trabalho para os comunicadores. Foram levados em conta modelos adotados pela mídia comercial e formulações de teóricos, mas o modelo adotado surgiu de discussões de grupos de trabalho e da própria prática.

Os veículos da Secom foram criados como células independentes de um mesmo sistema de comunicação em épocas e circunstâncias diversas. O atual Jornal da Câmara é uma evolução dos boletins informativos que existiram na Câmara desde o final dos anos 1960. Em 1998, tomou a forma e o nome de hoje, com tiragem diária de 3,5 mil exemplares.

A TV Câmara foi criada em 1998, a partir da Lei do Cabo (Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995), para transmitir as discussões e as votações do plenário e das comissões, e deu maior transparência à elaboração das leis que regem o dia a dia da sociedade. Além de exibir ao vivo todas as sessões do plenário, as equipes de jor-

nalismo acompanham os trabalhos das comissões permanentes, CPIs, seminários e quaisquer manifestações de interesse público.

A Rádio Câmara veio logo depois, em 1999, como emissora FM em Brasília. No entanto, já se fazia rádio na Câmara desde 1963, quando teve início a difusão do programa Voz do Brasil, com resumos diários dos trabalhos legislativos. A rádio oferece em sua página na internet todo o seu conteúdo em texto e áudio, disponível para download no formato mp3 gratuitamente.

A criação mais recente foi a Agência Câmara de Notícias em 2000, destinada a noticiar, em tempo real, as votações e debates ocorridos no âmbito das comissões e do plenário. Hoje, a agência tem em média 20 mil visitas por dia útil. Divulga em média 70 notícias por dia e seu boletim eletrônico temático tem quase 70 mil assinantes.

Cada um desses veículos trabalhava com seus próprios processos produtivos — pauta, produção, reportagem e edição. Possuíam estruturas duplicadas ou mesmo triplicadas, em alguns casos. A consequência natural era a redundância de rotinas e a perda de informações que deveriam ser disseminadas para todos. A separação completa dos veículos gerava vários problemas

“Desde o segundo semestre de 2012, a TV e a Rádio Câmara produzem e a veiculam conjuntamente o jornal Câmara Hoje, que leva ao conhecimento da população as atividades das comissões permanentes e os principais debates da Câmara. A linguagem foi adaptada para os dois veículos e, com isso, a Rádio passou a veicular notícias em horários anteriormente destinados à programação musical”

em diversas instâncias. Não havia uma reunião periódica entre os veículos.

A descentralização das pautas fazia com que os veículos da Casa decidissem isoladamente o que cobrir. Outro fato comum era um veículo ter acesso à previsão de um acontecimento e os demais não obterem a informação. Assim, os veículos terminavam por cobrir eventos diferentes por falta de conhecimento e não por opção editorial.

Diante desse cenário, em 2011, a diretora da Secom, Sueli Navarro, decidiu inovar. Obteve o apoio do então presidente da Câmara, Marco Maia, e criou grupos de trabalho com o objetivo de conhecer e mapear as rotinas de cada coordenadoria e propor mudanças para otimizar o trabalho. Os grupos foram formados por cerca de seis a oito servidores, com a participação de

servidores das outras coordenações a fim de propiciar um segundo olhar. Os grupos trabalharam por três meses, com reuniões semanais, e cada um deles apresentou um relatório final com o mapeamento das rotinas vigentes, sugestões de novas rotinas e proposta de novo organograma e atribuições.

Como parte do processo de amadurecimento do projeto, a Secom realizou, no final de 2011, duas conferências sobre integração, nas quais foram ouvidos chefes de redação de grupos da iniciativa privada que já haviam implementado a integração de suas equipes.

Eles trouxeram um panorama mais amplo, em escala global, das experiências de outras organizações e debateram com os profissionais da Câmara as dificuldades e os sucessos dos processos de integração.



A equipe da Secretaria de Comunicação reunida no lançamento do livro, no salão Nobre da Câmara dos Deputados

A nova Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados

Toda mudança gera inicialmente desconforto e um pouco de relutância. Na Câmara dos Deputados, não foi diferente. Os servidores de carreira, acostumados com sua rotina, precisaram se adaptar a um novo jeito de produzir a notícia. A partir das reuniões, onde foram ouvidos todos os setores democraticamente, a Secretaria de Comunicação Social foi reestruturada em dois grandes departamentos: Mídias Integradas e Relações Públicas e Divulgação. Além dessas estruturas, passaram a integrar à Secom o Centro Cultural e a Coordenação de Participação Popular. Quinzenalmente, as chefias de todas as áreas se reúnem para compartilhar informações e planejar as ações comuns.

O novo Centro Cultural é fruto da integração do Espaço Cultural, criado em 1993, e do Museu da Câmara, agora sob a gestão da Secom. A Câmara

dos Deputados possui peças, documentos e patrimônio artístico, geridos pelo Centro Cultural, que precisavam da garantia de distribuição democrática nos espaços e facilitar o acesso dos artistas à Casa. Para se ter uma ideia da grandiosidade da arte na Câmara dos Deputados, somente em 2012, foram realizadas 40 exposições artísticas, 6 gabinetes de arte, 32 exposições históricas e institucionais, 4 exposições itinerantes, 2 exposições fotográficas, 4 saraus literários e mais de 20 atividades voltadas para os servidores.

Participação Popular

A Secom desenvolveu, nos últimos anos, várias ações e ferramentas interativas – como enquetes, bate-papos, comentários em notícias, participações em programas ao vivo e perfis em redes sociais, entre outras. Mas, como a perspectiva é de fato viabilizar um diálogo entre sociedade e Parlamento, a Coordenação de Participação Popular, criada em abril de 2012, veio para dar um segundo e importante

passo: não apenas aprimorar todas as interfaces de interação, mas também entender o que a sociedade quer dizer e encaminhar essas manifestações de uma forma simples e prática para os deputados, o que possibilita o diálogo político com retorno aos cidadãos.

Mídias Integradas

O setor de Mídias Integradas reúne hoje as estruturas de rádio, TV e imprensa escrita. Nessa área estão dispostas duas coordenações de produção de conteúdo: uma de jornalismo hardnews e outra de programas e documentários. A criação da Rede Legislativa de Rádio e TV exigiu a atenção de uma área específica, responsável pela estratégia de expansão e abertura dos sinais de rádio e televisão nacionalmente. As Mídias Integradas também contam com a área de Conteúdo, responsável pelas grades de programação de rádio e TV, Portal de Notícias, arquivo da Secom, artes e cenários e relacionamento com parceiros distribuidores de con-

“A partir das reuniões, onde foram ouvidos todos os setores democraticamente, a Secretaria de Comunicação Social foi reestruturada em dois grandes departamentos: Mídias Integradas e Relações Públicas e Divulgação. Além dessas estruturas, passaram a integrar à Secom o Centro Cultural e a Coordenação de Participação Popular. Quinzenalmente, as chefias de todas as áreas se reúnem para compartilhar informações e planejar as ações comuns”



O atual Secretário de Comunicação, Sergio Chacon, e a Secretária Sueli Navarro (2011 -2012)

teúdo; e a Infraestrutura, responsável pelo suporte técnico a todo o sistema de comunicação da Câmara dos Deputados.

As equipes de rádio, TV e imprensa escrita, ligadas ao jornalismo, foram reunidas em uma redação integrada. Estão sendo finalizados estúdios de gravação e ao vivo de rádio no local para acolher os repórteres desse veículo.

Na dinâmica da reportagem, as mudanças foram mais intensas. Repórteres de TV passaram a gravar para rádio, repórteres de escrita e rádio passaram a fazer reportagens para a TV, e sonoras gravadas pela TV passaram a ser geradas diariamente para rádio. A equipe da imprensa escrita passou a ter acesso rotineiro e a aproveitar as reportagens especiais e pau-

tas da Rádio e da TV. A cobertura de plenário da Rádio e da TV foi unificada, assim como a locução das sessões do plenário, transmitidas ao vivo pelos dois veículos. Reportagens especiais passaram a ser fechadas para os quatro veículos por um único repórter. Teve início uma série de treinamentos dos repórteres para os diferentes formatos de mídia, como as oficinas de telejornalismo, de radiojornalismo e de webjornalismo.

A pauta passou a funcionar para Rádio, TV e Imprensa Escrita reunidos. Todas as pautas passaram a ser compartilhadas em uma única plataforma, o que facilita o acesso para inclusão de informações e consultas. Os produtores da Rádio e da TV passaram a dividir coberturas de reuniões

ordinárias, assim aumentaram a capacidade produtiva.

Desde o segundo semestre de 2012, a TV e a Rádio Câmara produzem e a veiculam conjuntamente o jornal Câmara Hoje, que leva ao conhecimento da população as atividades das comissões permanentes e os principais debates da Câmara. A linguagem foi adaptada para os dois veículos e, com isso, a Rádio passou a veicular notícias em horários anteriormente destinados à programação musical. A TV ganhou novos profissionais na reportagem, ancoragem e produção, e aumentou a oferta de conteúdos. Essa ação otimizou os recursos humanos dos dois veículos e ofereceu um leque maior de informações sobre o Legislativo para a população.

“Desde o segundo semestre de 2012, a TV e a Rádio Câmara produzem e a veiculam conjuntamente o jornal Câmara Hoje, que leva ao conhecimento da população as atividades das comissões permanentes e os principais debates da Câmara”

Relações Públicas e Divulgação

A área de Relações Públicas e Divulgação também se mobilizou no sentido da integração, com a reorganização de sua estrutura, aprimoramento de suas estratégias e ações, realocação de seus profissionais e recursos materiais. A reestruturação do setor passou ainda pela identificação das rotinas de trabalho paralelas e das várias portas de entrada de demandas. Para evitar a duplicidade de esforços e a dispersão de resultados nas ações de comunicação institucional, decidiu-se também que a pro-

ximidade física era necessária, o que resultou em nova alocação das equipes.

Nesse contexto, as Relações Públicas são responsáveis pela interface entre a Câmara dos Deputados e seu público interno (colaboradores e parlamentares) e externo (cidadãos, organizações privadas, demais instituições públicas e imprensa), e mantêm sempre como objetivos o entendimento mútuo, o zelo pela imagem e reputação institucionais da Casa.

Todo este processo de integração ainda está em fase de consolidação. A nova gestão da Secom teve o desafio de, a partir de 2014, identificar os gargalos de produção, apro-

fundar as discussões sobre linguagem de cada veículo no ambiente integrado, promover oportunidades de realocação aos servidores ainda não adaptados. Algumas áreas ainda estão sendo repensadas para que a integração seja aprimorada. Os portais na internet, por exemplo, permanecem em constante aprimoramento. A integração das redações será ainda maior em 2014, quando será implantado o sistema de Media Accept Management (MAM). Este sistema permitirá a disponibilização de conteúdos para uso simultâneo, edição e exibição, por dezenas de profissionais a partir de seus postos de trabalho. ■

TRECHO DO LIVRO “CONVERGÊNCIA E INTEGRAÇÃO NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA”

Nas últimas décadas, os meios de comunicação assumiram um novo papel de promoção da expressão individual e coletiva e do diálogo criativo. Podemos perceber claramente ao longo da história que o conceito de meios de comunicação vem se modificando e se adaptando às novas tecnologias e como resultado da busca do ser humano por variadas formas de se comunicar. Transformam-se, constantemente, as formas de fazer e consumir comunicação.

Momentos de grande desafio como este que estamos vivendo, com a convergência de mídias, ocorreram com a criação da imprensa, a invenção do rádio e da televisão e outras grandes

revoluções que contribuíram para a transformação da forma de comunicar, mudando comportamentos sociais, culturais e econômicos.

Com o desenvolvimento e a sofisticação do aparato tecnológico, deparamo-nos com a necessidade de nos preparar para as novas realidades que surgem de maneira muito rápida e nos colocam desafios quase diariamente. Uma delas é a alteração da unidirecionalidade da informação – passamos a ter consumidores que são também produtores e disseminadores de informação. Uma nova maneira de se comunicar é a que se forma por meio de redes de colaboradores.

Imbuídos desses conceitos e sensíveis às mu-



>> danças que ocorrem nas redações do mundo, um grupo de jornalistas servidores da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Câmara dos Deputados sentiu a necessidade de acompanhar essas transformações e propôs, em 2011, a convergência das mídias da Instituição.

De acordo com os conceitos fundamentais do pensamento do professor americano Henry Jenkins, fundador e diretor do programa de Estudos de Mídia Comparada do Massachusetts Institute of Technology (MIT), a convergência é o fluxo de informações entre vários suportes midiáticos, que mantêm suas especificidades. Com a convergência, não acontece uma substituição de velhos meios de comunicação por novos meios, mas sim transformações desses mesmos meios pela introdução de novas tecnologias. Para Jenkins, não existe a possibilidade de cedo ou tarde todos os conteúdos midiáticos estarem reunidos numa única “caixa preta” ou em um mesmo suporte tecnológico (JENKINS, 2009)¹

Munidos desses pressupostos e desse enten-

dimento, iniciamos a discussão e a elaboração da proposta da convergência dos veículos. Coincidentemente, a direção da Câmara convocou a Secom para participar de um grupo de discussão com as principais áreas legislativas e administrativas com o objetivo de reformular o organograma da Instituição, que foi feito em 1971, tendo sido apenas emendado desde então. Novas práticas de administração, mais modernas e mais ágeis, apontam novas rotinas de produção e de organização.

Ao longo de 2011, foram formados vários grupos de trabalho multidisciplinares na Secretaria de Comunicação Social para mapear os processos produtivos internos. Foram encontradas redundâncias e possibilidades de ampliação de atividades. A realidade encorajou o prosseguimento da iniciativa e apontou o caminho a seguir para a reestruturação e a integração. TV, Rádio, Agência de Notícias, Jornal, Relações Públicas, Eventos, Visitação, Publicidade, equipe técnica, Espaço Cultural e Museu da Câmara, todos passaram por uma revisão de suas rotinas. >>

JENKINS, Henry, Cultura da Convergência, 2ª Edição, São Paulo, Ed. Aleph, 2009

OZNE
Tecnologias Digitais

Criatividade, Tecnologia e Experiência. Tudo para sua TV Pública!

(12) 99148-4366 - contato@ozne.tv.br



PROJETO DE EMISSORAS DE TV, SISTEMAS DE TRANSMISSÃO, UNIDADES MÓVEIS DE TV, UP GRADE DE EQUIPAMENTOS E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS, BANDA BASE, SISTEMAS MASTER, INTEGRAÇÃO SAN E SISTEMAS DE FIBRA ÓPTICA.

AUXÍLIO TÉCNICO NA ESCRITA E ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES, ESPECIALIZADA EM EMISSORAS PÚBLICAS.

>> Um novo organograma foi proposto. Buscamos alinhar orientações sobre coberturas, conteúdos, projetos e política de comunicação para os veículos da Secom e as relações públicas; evitar duplicidade de rotinas e permitir a racionalização de mão de obra e tempo. Tudo isso para:

- Produzir mais e melhores conteúdos;
- dar instantaneidade ao compartilhamento de informações, de decisões e de produtos finais a serem utilizados pelos veículos;
- Descobrir e estimular novos talentos para novas funções;
- Permitir melhor especialização temática dos repórteres para gerar mais qualidade na cobertura;
- Compartilhar o conhecimento de repórteres e editores por todos os veículos;
- Formar equipes para novos serviços estratégicos, como as novas coordenações de Participação Popular e de Rede Legislativa de Rádio e TV;
- Acelerar o processo de convergência das mídias e a crescente interatividade com os usuários;
- Dar unicidade à gestão de pessoas, treinamentos, licenças; e
- Reunir dentro de um mesmo espaço físico, sempre que possível, as áreas afins.

Em 2008, o Newsroom Barometer, relatório organizado pelo Fórum Mundial de Editores, Organização Zogby International e Reuters, com a ajuda de entidades como a Associação Interamericana de Imprensa e a Associação Nacional de Jornais (ANJ), com base em pesquisa com mais de 700 editores de jornais de 120 países, apontou a integração de redações como um caminho irreversível. A pesquisa mostrou que, para 86% dos editores consultados, a redação integrada multimídia será a regra em um prazo de até cinco anos. Para 83%, no mesmo prazo, os jornalistas deverão ser capazes de produzir conteúdo para todas as plataformas. Na edição de 2010 desse mesmo relatório, 44% dos editores já trabalhavam em redações totalmente integradas.

Centenas de redações já adotaram o modelo multimídia, entre elas as do por-

tal AOL, dos jornais USA Today, The Washington Post, The New York Times, Sun Sentinel, Daily Telegraph, Financial Times e The Wall Street Journal, da empresa de comunicação BBC e, no Brasil, as da Rede Gazeta, da RBS, da Agência Estado, do Diário de Pernambuco e da Agência Brasil/EBC.

Entre maio e agosto de 2011, diretores das coordenações da Secom começaram a discutir as possibilidades de reorganização das equipes. Foram envolvidos nessa fase 3% do total dos servidores. Em agosto, foi apresentada a nova organização macro, com a definição de que a Secom passaria a ter dois departamentos: de Relações Públicas e Divulgação, e de Mídias Integradas. Cerca de 10% dos servidores discutiram e aprovaram a nova estrutura administrativa. Entre setembro e novembro, os grupos de trabalho discutiram o organograma por inteiro e sugeriram alterações. Nessa fase, 26% dos servidores tiveram envolvimento direto. O resultado dos grupos de trabalho foi apresentado à diretoria da Secom.

Nesse processo de mudanças, foram realizadas, em novembro de 2011, as Conferências de Integração, para apresentar aos funcionários da Secom exemplos de convergência que já ocorrem no Brasil e no exterior e para debater os resultados dos grupos de trabalho. Havia resistência por parte de alguns jornalistas, que relatavam experiências frustrantes de integração. Nesse momento, as conferências foram muito importantes para superar dúvidas e disseminar informações sobre experiências de sucesso de integração e a irreversibilidade do processo.

Nos meses seguintes, foram debatidas pendências e definidas as metas que cada coordenação teria que perseguir ao longo dos seis meses iniciais da implantação da nova estrutura. Essas metas foram apresentadas aos novos coordenadores quando convidados a assumir suas funções.

A nova estrutura começou a funcionar efetivamente em abril de 2012. As mudanças físicas possíveis, que não dependiam de grandes obras, foram feitas nos meses seguintes.

Junto com a nova estrutura, foi criada uma rotina de reuniões quinzenais dos diretores da Secom e dos coordenadores de todas as áreas. Essa dinâmica de trabalho mantém a equipe unida e as informações circulam com rapidez. Nessas reuniões, são debatidas as metas de ação integrada e os problemas que eventualmente se apresentam.

Outra instância de discussão, específica da área >>



>> de jornalismo, também foi implantada, reunindo repórteres, editores e chefias para analisar conteúdo. Esse conselho foi proposto pelo Grupo de Trabalho de Jornalismo e será apresentado mais adiante, junto com a Coordenação de Jornalismo.

Paralelamente a essa reorganização interna, a Secom também promoveu debates sobre a comunicação pública no Brasil, como veremos a seguir em um breve histórico. Em março de 2012, foi realizado o Seminário Internacional sobre Regulação da Comunicação Pública, uma iniciativa da Secom e da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação (Frente-com), coordenada pela deputada Luiza Erundina. A discussão, em âmbito internacional, do que se espera da comunicação pública no Brasil, reforça o compromisso desta gestão em buscar o melhor

para o interesse público na administração do complexo de comunicação da Câmara dos Deputados.

A estrutura da Secom foi ampliada e passou a ter três coordenações ligadas diretamente ao gabinete da direção (o Centro Cultural, a Participação Popular e o Apoio Técnico Administrativo), além dos departamentos de Mídias Integradas e de Relações Públicas e Divulgação, já citados. Com este livro, pretendemos contar a nossa experiência, registrar as mudanças e as percepções do seu resultado. A reestruturação da Secom foi aprovada pela Mesa Diretora da Câmara por meio do Ato 68/13.

Sueli Navarro Garcia

Diretora da Secretaria de Comunicação Social (2011 – 2012)

SERVIÇO

Título: Convergência e Integração na Comunicação Pública | Editora: Edições Câmara | Preço: gratuito

Onde encontrar: solicitar por e-mail: redelegislativa@camara.gov.br | Organização: Evelin Maciel

Viabilize sua Estação de TV Digital

Fale com a ADTHEC

Rede Legislativa

- Estudos de Engenharia :
Análise de Cobertura ,
Transmissão
e Estúdio.

- Planejamento
e Implantação
da Emissora.

- Projeto Técnico e
Licenciamento
para o Ministério
das Comunicações
e Anatel.

- Orientação para
compra de
equipamentos.

- Orientação para
produção de
conteúdo.

ADTHEC
Engenharia & Sistemas
Riscos & Soluções

Seminário debateu TV Digital e interatividade

Evento reuniu 23 casas legislativas, além da Câmara dos Deputados, na Paraíba

POR | HARYSON ALVES

A interatividade na TV Digital se tornou uma ferramenta de aproximação do cidadão com os assuntos do Parlamento. E, para pensar na consolidação da Rede Legislativa de TV Digital, câmaras e assembleias do Brasil puderam debater questões referentes à convergência de mídias, integração das redações e à comunicação interativa na TV Digital pública em seminário da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral). Além da troca de experiências produzidas em diversas TVs do Legislativo Brasil afora, alguns assuntos prevaleceram: a implantação da TV Digital com interatividade e a troca de conteúdos produzidos em diversas praças do País.

Já se vislumbra a possibilidade de realizar um telejornal nacional a partir de conteúdos produzidos por diversas TVs legislativas do Brasil. Além disso, o compartilhamento de grades de programação entre as emissoras pode ser uma

possibilidade, dentre tantas, quando se fala na implantação e consolidação das experiências com a TV Digital e interatividade no Brasil. Para o pesquisador da área, Guido Lemos, é na esfera legislativa que a TV Digital interativa pode se disseminar mais rápido.

Essas foram algumas das questões que mobilizaram mais de 100 pessoas provenientes de, pelo menos, 23 casas legislativas do Brasil, além da Câmara dos Deputados, em João Pessoa, na Paraíba, em 28 e 29 de novembro deste ano. O debate aconteceu no Seminário Nacional Sobre Comunicação Legislativa, promovido pela Astral, em parceria com a Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP). A programação aconteceu no auditório do anexo da Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes.

Estiveram presentes o presidente da Astral, Rodrigo Barreto Lucena; a presidente do Comitê de TV Digital da Câmara dos Deputados,

“Queremos cidadãos comprometidos. Que opinem, se envolvam e participem das ações da Câmara. Discutir as questões da TV digital e os recursos da interatividade na TV pública são maneiras de refletir sobre como promover uma educação cidadã para que consigamos esse retorno da sociedade. Queremos integrar, interagir e compartilhar”

Durval Ferreira (PP)
Presidente da CMJP



Prof. Guido Lemos, Sueli Navarro e Evelin Maciel participam do evento, que contou com gente interessada em debater pautas como os novos aplicativos para interatividade nas emissoras

Sueli Navarro; a 1ª vice-presidente da Astral e representante da Câmara dos Deputados, Evelin Maciel; o professor Guido Lemos; além dos anfitriões do evento: o presidente da CMJP, Durval Ferreira (PP); a diretora-geral da CMJP, Vaneide Araújo; e a secretária de Comunicação da CMJP, Rafaela Cristofoli.

A TV DIGITAL

O presidente da Astral destacou que é possível fazer uma TV pública de qualidade na esfera do Legislativo, de forma que seus conteúdos e programação aproximem, cada vez mais, os cidadãos dos assuntos das casas legislativas.

“Temos construído no País uma rede de TVs com a proposta de trazer o cidadão para o Parlamento. Para isso, o recurso da interatividade nos traz infinitas possibilidades, além de múltiplas formas de criação e produção de conteúdo, e

revela o potencial da TV digital interativa no Legislativo: vamos passar a compartilhar mais conteúdo com o cidadão”, afirmou Rodrigo Lucena.

Durval Ferreira deixou claro ser uma satisfação para todos da CMJP sediar o evento em João Pessoa. “Queremos cidadãos comprometidos. Que opinem, se envolvam e participem das ações da Câmara. Discutir as questões da TV digital e os recursos da interatividade na TV pública são maneiras de refletir sobre como promover uma educação cidadã para que consigamos esse retorno da sociedade. Queremos integrar, interagir e compartilhar experiências nesse seminário”, salientou.

O presidente da Astral reforçou que o evento também é uma forma de estreitar laços com outras casas legislativas do Brasil. “A Astral precisa de engajamento das casas legislativas do país para que possamos aprimorar a rede legislativa de TVs e rádios. Acreditamos que a transformação do país por meio da disseminação de informação é uma grande estratégia para trazermos



Seminário foi promovido pela Câmara Municipal de João Pessoa em parceria com a Astral

avanços sociais”, afirmou.

De acordo com ele, a Astral compartilha da proposta de realizar no futuro algumas experiências inovadoras com os aplicativos de interatividade. “Gostaríamos de inovar com um jornal nacional composto por matérias produzidas em diversas casas legislativas do País por meio de um programa de interatividade na TV”, adiantou.

Sueli Navarro agradeceu o engajamento das casas legislativas e fez questão de salientar a presença dos participantes de câmaras e assembleias de diversas cidades do País que compareceram ao seminário. Mais de 100 pessoas participaram do evento, provenientes de, pelo menos, 11 câmaras

da Paraíba, sete de cidades de outros Estados e cinco assembleias legislativas.

Além de representantes da Câmara dos Deputados e da CMJP, estiveram presentes profissionais, parlamentares ou representantes das câmaras de Campina Grande, Pitimbu, Conde, Itapororoca, Itutuba, Cabedelo, Caldas Brandão, Cruz do Espírito Santo, Pilar, e Bayeux, todas da Paraíba.

Também compareceram representantes das casas legislativas das cidades de Itajaí (SC), Recife (PE), Pelotas (RS), Belo Horizonte (MG), Piracicaba (SP), Ribeirão Preto (SP) e Bento Gonçalves (RS). Entre as assembleias, marcaram presença as casas legislativas

dos estados de Tocantins, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso.

Da comitiva de João Pessoa, também fizeram questão de acompanhar as atividades o vice-presidente da CMJP, Zezinho Botafogo (PSB), o presidente da Mesa Diretora da CMJP, Benilton Lucena (PT), e os vereadores Raoni Mendes (PDT), Marmuthe (SDD), Santino (PT do B) e Djanilson (PPS).

DISSEMINAÇÃO

Durante o dia 28 de novembro, no primeiro dia do evento, pela manhã, a abertura do seminário foi marcada pela

“Observamos, nas assembleias da Astral, que todo mundo tem caminhado junto e essa troca de experiências é primordial para isso. A TV Câmara JP é bem formulada e saiu na frente com a experiência digital e, para mim, o Ginga representou uma das maiores novidades no evento pelas possibilidades de criação que podem surgir com a tecnologia. A penetração dos meios comunicacionais do Legislativo vai ganhar mais espaço com isso

Marcio Braga

Repórter cinematográfico da Câmara Municipal de Piracicaba (SP)



palestra Interatividade na TV Digital, ministrada pelo professor referência na área, Guido Lemos. Ele apresentou características técnicas da transmissão digital, as possibilidades de canais em mono ou multiprogramação, neste caso, com até quatro canais para uma emissora. Também falou de iniciativas como a produção de um jornal nacional com matérias de vá-

rios colaboradores do país por meio de TVs associadas, por uma rede integrada e da utilização do middleware Ginga para a TV Digital.

De acordo com Guido Lemos, é na esfera legislativa que o crescimento do uso da TV Digital e das tecnologias a ela atreladas acontecerá no país. “Acredito que a disseminação da TV Digital no Brasil vai cres-

cer mais na esfera das televisões legislativas. A tecnologia é de baixo custo para ser implantada e qual o parlamentar ou casa do Legislativo não quer se ver ou observar suas ações divulgadas na televisão e com amplo alcance?”, indagou.

Para o professor, lideranças e profissionais da comunicação das casas legislativas e pesquisadores devem se reunir

PRESIDENTE DA ASTRAL AVALIA SEMINÁRIO

O presidente da Astral, Rodrigo Barreto Lucena, destacou a importância de compartilhar experiências com as assembleias e câmaras no processo de consolidação da Rede Legislativa de TV Digital. Ele reforçou as novas possibilidades de que a Rede possa compartilhar conteúdos entre suas emissoras, sem que estas tenham que realizar altos investimentos nem se sobrecarreguem na produção de programas.

“Teremos a capacidade de distribuir vídeos entre as emissoras de cada praça para qualquer outra no país. A par-

tir da colaboração e participação também poderíamos fazer, com o recurso da interatividade, um jornal nacional totalmente produzido com pautas advindas de várias partes do país. Algo que pode funcionar nessa lógica, desde a reunião de pauta até a última etapa de fechamento do jornal”, comentou o presidente da Astral.

Ele ainda lembrou os desmembramentos que a possibilidade da multiprogramação em quatro canais pode trazer, como a segmentação em públicos - consumidores de conteúdos específicos - e a ampla variedade

de programas, e fazer surgir novas demandas nas quais o compartilhamento de conteúdos possa ser bastante viável.

“O encontro superou todas as expectativas que tínhamos. A Câmara Municipal de João Pessoa sediou um evento com muito profissionalismo, seriedade e deu pra notar que tudo foi feito com muito compromisso. Observamos o interesse das casas legislativas, a atração do maior número possível de associados, que tem acontecido de maneira rápida e intensa. Queremos fazer valer esse engajamento”, avaliou Rodrigo Lucena.

“Devemos nos reunir com o Legislativo para saber o que é mais importante a ser implementado dentro de cada emissora legislativa. Podemos planejar melhor como acrescentar recursos, melhorar os já existentes ou substituir os que não são usuais, elaborar propostas variadas com perfis de programas inéditos”

Guido Lemos

Professor de referência na área

CÂMARA ANUNCIA CONCESSÃO DE RÁDIO LEGISLATIVA PARA A CMJP

Em sua palestra, Evelin Macedo adiantou que a Câmara Federal já solicitou a concessão de um canal de rádio para a CMJP, casa-sede do Seminário. “João Pessoa está na lista de prioridades da Anatel para receber a concessão de uma rádio legislativa, provavelmente, no canal 249”, anunciou a representante da Câmara Federal.

“Foi muito importante apresentarmos o projeto de interatividade da TV da CMJP. Observamos que o setor de Comunicação da Casa ganhou mais visibilidade diante das outras câmaras e assembleias do país e agora temos novos planos. A expectativa é de que possamos transmitir a programação da TV Câmara de João Pessoa para todas as cidades da Paraíba além de termos uma rádio legislativa”, comemorou a diretora-geral da CMJP, Vaneide Araújo.

Na ocasião, Vaneide Araújo reforçou o papel da Astral em acompanhar, de perto, as ati-

vidades das TVs legislativas no país. “Sugiro que os representantes da Astral possam acompanhar de perto, fazer visitas e conhecer nossos espaços, profissionais e equipamentos de produção, para que, assim, possamos traçar da melhor forma as estratégias da consolidação das TVs Digitais nas casas legislativas do país”, salientou.

“Estamos felizes porque, além da troca de informações e experiências com outras casas legislativas, conhecemos os produtos produzidos por diversas TVs a fim de fortalecermos a Rede. As produções da TV Câmara JP foram extremamente elogiadas e tivemos diversas solicitações para que alguns de nossos programas possam ser exibidos nas TVs de outras casas do legislativo. Isso mostra o reconhecimento da qualidade de nossos conteúdos e imagens, e que trabalhamos no caminho certo”, comemorou a secretária de comunicação da CMJP, Rafaela Cristófoli.

para traçar especificidades nos conteúdos e grades das TVs. Isso significa pensar em tecnologias para formular aplicativos, prever usos e funcionalidades que possam existir na programação da TV digital pública e interativa.

“Haverá contribuição na cobertura jornalística, com redes de troca e produção de conteúdos, formulação de aplicações específicas para a Rede Legislativa de TV. É necessário que haja editais para tal finalidade. Devemos nos reunir com o Legislativo para saber o que é mais importante para ser implementado dentro de cada emissora legislativa. Poderíamos planejar melhor como acrescentar recursos, melhorar os já existentes ou substituir os que não são usuais, elaborar propostas variadas com perfis de programas inéditos”, observou.

O professor citou o exemplo, que já está em pesquisa, de um telejornal que pode ser elaborado em uma redação que não é fixa em um local físico. Cada participante ou profissional trabalharia, em seu computador e com aplicativos, de locais variados, o que pode ser realizado de qualquer local do Brasil, por exemplo. Na ocasião, Guido Lemos apresentou dois softwares, Workflow e JC-

Colab, que podem contribuir para a experiência de um telejornal produzido a partir da participação e colaboração.

“São programas em que cada emissora se cadastra em uma rede, insere conteúdos próprios e pode utilizar produções postadas por outras da rede. Os programas podem dar a possibilidade de se fazer reunião de pauta com pessoas de vários locais, votação on-line para realizar o fechamento das edições e pode servir até para buscar talentos. Imagine uma comunidade jornalística ou de estudantes de jornalismo em que os materiais produzidos por determinados talentos se destacariam pela qualidade. É lógico que esse portfólio pode dar visibilidade a esses talentos”, comentou o palestrante.

Sobre a interatividade na TV Digital, ele afirma ser necessário ter qualificação de

pessoal para trabalhar com o middleware Ginga. Sem isso, fica difícil pensar em aplicações para auxiliar nas ações de perguntas e respostas via TV, participação ao vivo do cidadão nas programações e a acessibilidade às informações interativas na tela.

“A TV Digital entrou na fase final para que aconteça de fato. Falta à população investir mais em receptores digi-

tais. Já há alguns no mercado, mas estes não são interativos. É preciso observar isso direito quando se pretende comprar uma TV com essas tecnologias”, alertou o professor.

INTEGRAÇÃO

A segunda intervenção do Seminário Nacional Sobre Co-



Seminário da CMJP com a Astral debate TV Digital e interatividade

municação Legislativa e Interatividade abordou a integração das redações nas assessorias e meios de comunicação. A palestra foi realizada durante a manhã do dia 28 de novembro pela presidente do Comitê de TV Digital da Câmara dos Deputados, Sueli Navarro.

Em seu discurso, ela defendeu a implementação das redações multimídia e que os profissionais do jornalismo devem ser capacitados a ponto de conseguir produzir conteúdos multimídia ou para vários suportes.

“Nós nos baseamos em uma pesquisa da Newsroom Barometer feita com mais de 700 profissionais do jornalismo de 120 países, com dados de 2008. Chegamos à conclusão de que houve um consenso de que, em breve, as redações teriam que se reestruturar a ponto de se integrarem e de que os jornalistas deveriam cobrir matérias para mais de um meio”, explicou Sueli Navarro.

A palestrante falou de um modelo de unificação das mídias e relações públicas dentro das assessorias de comunicação institucionais. Na ocasião, ela citou a experiência da reestruturação da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados que desaguou na integração das redações. O exemplo resultou na publicação do livro *Convergência e Integração na Comunicação Pública*, obra lançada este ano pela Edições Câmara.

“Tudo que é comprometido com o jornalismo na Secretaria de Comunicação mudou, como jornal impresso, revista, TV, rádio e portal. Todos esses veículos comunicacionais viraram parte do Departamento de Mídias Integradas”, salientou Navarro.

De acordo com ela, o jornalista, por exemplo, não passaria a trabalhar mais do que já faz; no entanto, não se restringiria a apenas ser repórter de TV, como também aproveitaria suas pautas para o rádio, impresso ou o webjornalismo. Da mesma forma, ela defendeu que os departamentos de TV, rádio, portal, de mídias sociais, entre outros de um sistema de comunicação, trabalhem em unidade.

“O jornalista irá trabalhar o mesmo número de horas. A diferença do que ele já faz habitualmente ao ser repórter de um só meio é a produção de produtos diferentes. O áudio da TV pode ser aproveitado para o rádio se for editado da forma adequada. Dependendo das pautas e dos materiais apurados, uma matéria pode se desmembrar em várias outras para outro meio, ou seja, ela pode virar outros subprodutos de uma matéria inicial. Assim, o repórter produz matérias para dois veículos, trabalha com dois editores”, enfatiza.

Conforme explicou Navarro,

“Devemos nos reunir com o Legislativo para saber o que é mais importante a ser implementado dentro de cada emissora legislativa. Podemos planejar melhor como acrescentar recursos, melhorar os já existentes ou substituir os que não são usuais, elaborar propostas variadas com perfis de programas inéditos”

Sueli Navarro

Presidente do Comitê de TV Digital da Câmara dos Deputados

os objetivos da reestruturação e convergência de mídias podem permitir mais especializações para os profissionais da comunicação, assim como visualizar novos talentos e novas funções. Além disso, ela destacou a possibilidade de racionalização de mão de obra, alinhamento de orientações sobre coberturas, conteúdos e política de comunicação para os veículos das assessorias de comunicação.

Em outra palestra, Sueli Navarro apresentou o aplicativo de interatividade na TV Digital utilizado na Câmara Federal. O programa possibilita que, pelo controle remoto, o cidadão possa escolher informações sobre as sessões, tema tratado, lei discutida, os parlamentares, agenda, dentre outras.

TECNOLOGIAS E FORMAS DE PRODUÇÃO

Ainda no primeiro dia do evento, a diretora-geral da Câ-

“Vamos utilizar a experiência de João Pessoa como base para instalarmos a TV Digital e o programa de interatividade na TV Câmara de Natal (RN) em 2014. O principal desafio será montar programas que agreguem conteúdo cidadão, serviços e que façam a sociedade conhecer melhor o Legislativo. O programa Informe Cidadania da Câmara de João Pessoa é uma ideia e um formato que nos interessa muito”

Virgínia Coelli

diretora da TV Câmara de Natal (RN)

mara Municipal de João Pessoa (CMJP), Vaneide Araújo, e a secretária de comunicação da mesma Casa Legislativa, Rafaela Cristofoli, apresentaram a TV Câmara de João Pessoa e diversos produtos midiáticos produzidos pela TV da instituição. O assunto da integração de mídias foi novamente abordado na exibição de um vídeo no qual se retratou a experiência da produção de materiais em que a TV, o portal e a Assessoria de Comunicação da CMJP trabalharam em conjunto.

As lideranças também abordaram a natureza técnica e qualitativa das produções da Casa que tem por objetivo a transparência, serviço e a cidadania da população e fazer com que esta se aproxime, cada vez mais, do Legislativo pessoense.

Rafaela Cristofoli exibiu dois vídeos produzidos pela TV Câmara JP: Fique Por Dentro, que tratou da nomeação de ruas, e a edição do Informe Cidadania que abordou a disciplina no trânsito. Ela explicou que os interprogramas aproximam os cidadãos das atividades da CMJP e ainda funcionam como serviço. Destacou que as produções estimulam os cidadãos a se entenderem como responsáveis pela

sua cidade, como seres políticos, que podem participar e atuar nas decisões municipais.

“São olhares diferentes sobre um mesmo assunto. Recebíamos muitas críticas que alegavam que os vereadores não submetiam muitos projetos e apenas nomeavam ruas. As pessoas desconhecem a produtividade dos parlamentares e se restringem ao pouco que conseguem se informar. Desmistificar essa ideia e contribuir com a informação cidadã é um papel nosso, enquanto TV. Muitos não compreendem a dificuldade de quem mora em uma rua ‘projetada’, sem número, sem poder comprar, pela internet ou não, e receber mercadorias, ter cartão de crédito, receber suas contas, entre outros exemplos”, salientou.

Vaneide Araújo ainda compartilhou o projeto pioneiro no país executado pela CMJP a partir da TV Digital interativa, por meio do qual a TV Câmara de JP se tornou a primeira televisão aberta do Brasil a testar um novo aplicativo de interatividade na TV Digital Pública. O projeto é fruto de uma parceria com a TV Câmara Federal e já entrou na segunda fase, com novos participantes e outros níveis de interação.

“A interatividade foi implantada na TV Câmara JP desde 2012, testada com 98 famílias dos bairros de Mandacaru, Cristo Redentor e Colinas do Sul, em João Pessoa. A nova etapa trará diferentes níveis de interação e mais famílias participantes. Agora, a programação interativa vai trazer informações sobre os projetos apresentados, a ementa discutida nas sessões ao vivo, informações sobre os parlamentares, faltas, número de matérias apresentadas e queremos expandir: quem sabe o cidadão não poderá fazer perguntas e obter respostas?”, interrogou.

IMPLEMENTAÇÃO

Durante a manhã do segundo dia de evento, a representante da Câmara dos Deputados e 1ª vice-presidente da Astral, Evelin Macedo, comandou a palestra Informações Básicas Sobre a Rede Legislativa de Rádio e TV Digital. Na ocasião, os representantes das casas legislativas entenderam como são os trâmites burocráticos para implementar TVs e rádios legislativas, aprenderam como devem formular

“ Em 2003, éramos considerados sonhadores ao falar na implantação de uma rede legislativa de TV Digital, a qual hoje consolidamos. Estamos em um novo patamar, e com o advento da interatividade, seremos classificados novamente como sonhadores. Além disso, a convergência de mídias e integração das redações nos trará mais economia de recursos técnicos, financeiros e de mão de obra. Por isso não vamos hesitar, partiremos para a implantação do Ginga na Câmara de Cuiabá e na Assembleia Legislativa do Mato Grosso”

Wanderley Oliveira

Diretor técnico da Astral e da ALMT

projetos e o passo a passo para a assinatura do acordo, contratação de serviços e aquisição de aparelhos.

“Trabalhamos na montagem de uma rede de TV aberta no Brasil e já temos casas legislati-

vas de 20 cidades do País com o sinal aberto. Buscamos unir esforços para garantir o sinal aberto para todas as câmaras e assembleias legislativas do país a baixo custo. Hoje, a Câmara dos Deputados é intermediária

desse processo junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)”, explicou.

Evelin Macedo ainda reforçou a busca por parcerias entre as TVs legislativas. “Ficou claro no evento que os conteúdos produzidos pela TV Câmara de João Pessoa são referência para as TVs legislativas do país e podem ser compartilhados com outras televisões de qualquer parte do Brasil”, afirmou. Ela acrescentou que a Astral procura unir esforços para que, com a rede legislativa em sinal aberto, a troca de materiais audiovisuais e o compartilhamento desses produtos entre as câmaras e assembleias seja constante.

Após a palestra, os participantes se dirigiram à CMJP onde conheceram as dependências da TV Câmara. A visita teve início no estúdio, passou pela ilha de edição, sala da produção, antena, abrigo do transmissor e foi finalizada no



Evento reuniu representantes de 23 casas legislativas do Brasil

plenário, local onde puderam testar o aplicativo de interatividade na TV Digital pública.

A TV CÂMARA JP

Criada há 13 anos, a TV Câmara de João Pessoa, na Paraíba, funciona com sinal aberto, digital e interativo desde 2012, e opera nas frequências dos canais 52 (analógico), 61 (digital e interativo) e 23 (cabo). A intenção é que a TV Câmara JP passe a ter programação 24 horas. Hoje, a grade de exibição cumpre 10 horas seguidas de conteúdos produzidos localmente, das 9h às 19h. A emissora produz sete programas e, a partir de 2014, serão dez.

Ao longo dos últimos anos, tem passado por algumas transformações na estrutura física, aquisição de novos equipamentos, ampliação do número de funcionários (por meio de concurso público), novos conteúdos e formatos na programação, novos cenários, além da implantação da

segunda etapa do projeto de interatividade na TV Digital.

Em 2013, a TV Câmara de JP iniciou um processo de convergência midiática, ao aliar conteúdos dos canais da Casa nas redes sociais da internet à programação da TV. Em uma das experiências, ao longo das sessões ordinárias, o telespectador pode observar as postagens do Twitter @camarajp na parte inferior do vídeo, indicações sobre o assunto discutido pelos parlamentares ou o que aconteceu naquela transmissão. É praticamente uma cobertura em 140 caracteres dos fatos mais importantes de uma sessão, por exemplo.

No portal da Casa, as matérias e vídeos da TV Câmara de JP são anexados às matérias postadas, o que transforma os textos, antes apenas na linguagem escrita, em produtos multimídia e enriquece a informação jornalística. Outra possibilidade que já é discutida é a transmissão on-line, no portal da Câmara de João Pessoa, da programação da TV Câmara JP.

A nova marca tem como símbolo o Farol do Cabo Branco e tem o slogan Farol da Cidadania. O Farol é equiparado ao trabalho da Câmara, que é o de nortear os rumos da cidade, orientar os cidadãos e guiá-los pelos caminhos da cidadania. Além de o equipamento ser um cartão postal de João Pessoa, marcando a identidade da cidade na imagem da Câmara, o Farol, que clareia os caminhos para as embarcações, tem a mesma finalidade para a qual a TV Câmara se destina: projetar o que acontece na Casa para os telespectadores. A relação do Farol com o nascer do sol também reforça outras simbologias, como a da esperança em um novo dia. E é nesta ideia que a Câmara trabalha para um amanhã com mais qualidade de vida para todos. Na marca gráfica, o Farol é apresentado a partir da visão de quem o vê por cima, o que dá a ideia de que a Câmara tem uma visão de 360° da cidade, bem como conhece seus problemas e necessidades. ■

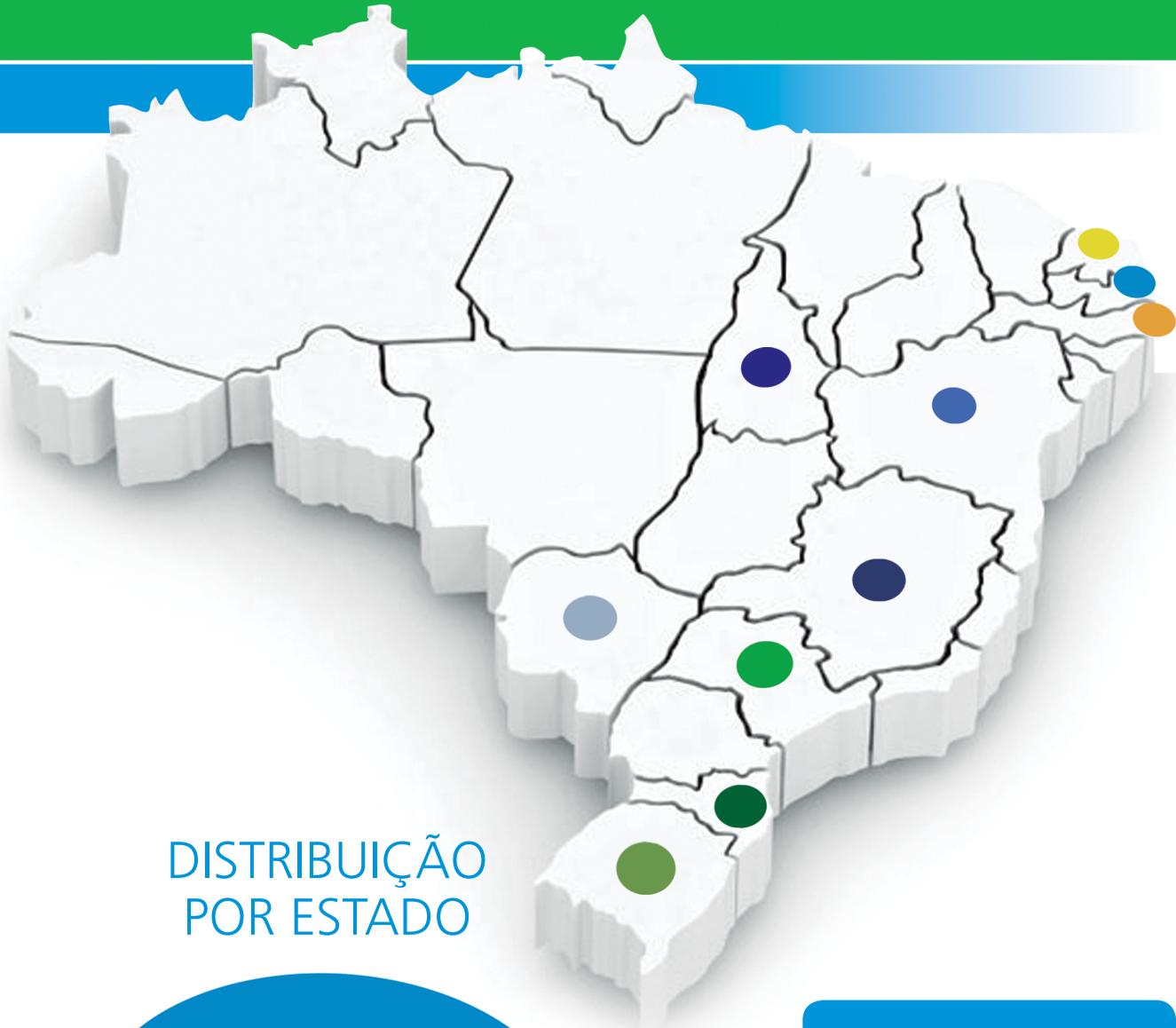
“As TVs legislativas do Brasil têm uma ampla expectativa de trabalho. Infelizmente, ainda não compartilhamos nossas produções com outras casas do legislativo e, a partir deste seminário, essa ideia ficou mais visível, pelos conteúdos colaborativos e a interatividade. Temos que agregar mais valor àquilo que produzimos e, com isso, a população estará mais presente, pois verá com mais facilidade o que acontece no parlamento. Acho que o desafio é a qualidade técnica e de conteúdo nas novas produções interativas. Também acredito que esse assunto deve sair do campo experimental e partirmos para a prática

Vicente Romano

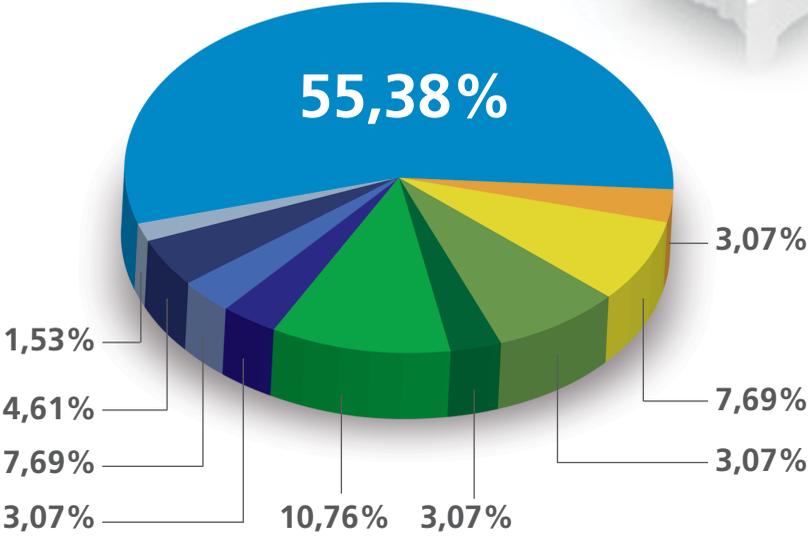
Supervisor de Comunicação Social e Relações Institucionais
da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

PARTICIPANTES

José Acucio Vaz Sousa	BA ●	Raoni Mendes - Raoni Barreto Mendes	PB ●
Ticiano Lino	BA ●	Rivanildo José da Costa Osório	PB ●
Guilherme Brandão Minassa	MG ●	Rosildo Pereira de Araújo Júnior	PB ●
Marcus Vinicius de Melo Rocha	MG ●	Sales Fernandes	PB ●
Priscila Cordeiro Cunha	MG ●	Santino - Santino Feliciano da Silva	PB ●
Wanderley de Oliveira	MT ●	Simeon Wellington Alves Sampaio	PB ●
Alexandre Oliveira de Melo	PB ●	Simone Duarte	PB ●
Antonio de Almeida Farias	PB ●	Vamberto dos Santos Oliveira	PB ●
Benilton Lucio Lucena	PB ●	Zezinho do Botafogo - José Freire da Costa	PB ●
Carlos André da Silva	PB ●	Antonio Magalhães	PE ●
Cristiana Santos de Araújo Almeida	PB ●	Ricardo Ferraz	PE ●
Denys Pontes de Oliveira	PB ●	Carlos Mauricio Pandolphi Pereira	RN ●
Dinho - Valdir Jose Dowsley	PB ●	Marinês Navarro Fornaciari	RN ●
Durval Ferreira - Durval Ferreira da Silva Filho	PB ●	Paulo Bezerra	RN ●
Edson Roberto de Souza	PB ●	Vicente Romano	RN ●
Elissandra Maria Conceição Brito	PB ●	Virginia Coelli Rocha da Cruz	RN ●
Ely Frankle de Almeida Vieira	PB ●	Edson Luis Planella	RS ●
Emerson Enéias da Silva	PB ●	Mariluce dos Santos Kurz Vieira	RS ●
Emiraldo Guedes	PB ●	Patricia Brun Perizzolo	RS ●
Fernando Manoel de Melo Andrade	PB ●	Ricardo Santos	RS ●
Gerson Claudino da Silva	PB ●	Rogério Giordani Frá	RS ●
Gleuryston Vasconcelos Bezerra Filho	PB ●	Carlo Antônio Vicenti	SC ●
Jailma Ordonho	PB ●	Sérgio Murilo Pereira	SC ●
João dos Santos Filho	PB ●	Eduardo Jorge Ferreira Soares	SP ●
João Paulino da Silva	PB ●	Marcio Augusto Braga	SP ●
José Fernando Souza	PB ●	Marisa Elisete Libardi	SP ●
Juscelino Correia de Oliveira	PB ●	Ricardo Andre Vasques	SP ●
Lorena Gonçalves da Costa Araújo	PB ●	Ronaldo Leite	SP ●
Marmuthe de Souza Cavalcanti	PB ●	Sérgio Luis Figueiredo	SP ●
Murilo Barbosa de Paiva	PB ●	Valderez Donzelli	SP ●
Nelson Gomes Filho	PB ●	Armando Formiga	TO ●
Paulo Eduardo Aranha de Sá	PB ●	Luiz Antonio Ferreira	TO ●
Professor Gabriel - Gabriel Carvalho Câmara	PB ●		



DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO



PALESTRANTES

- Daniel Dias Teixeira
- Evelin Maciel
- Guido Lemos
- Rafaela Cristofoli
- Rodrigo Lucena
- Sueli Navarro
- Vaneide Rejane de Sousa
- Almeida Araújo

Uberlândia abriga evento sobre Comunicação Pública

Encontro discutiu desafios na produção de conteúdo e formação de equipes

POR | ANDREZZA QUEIROGA

O Seminário Regional de Comunicação Pública, realizado em Uberlândia, entre os dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2013, reuniu vereadores, assessores, gestores de comunicação, bem como uma série de profissionais hoje envolvidos e comprometidos em discutir os caminhos da comunicação pública.

O evento contou com a apresentação de cases de sucesso, onde algumas emissoras relataram suas experiências na produção de conteúdo e formação de equipes, e painéis que demonstraram os novos equipamentos e soluções necessários para as emissoras legislativas. Na pauta se destacaram, ainda, pontos como a importância e os desafios da TV legislativa digital e como esta ferramenta é importante no processo de fortalecimento da democracia, transparência e participação popular. Além disso, especialistas falaram dos limites e possibilidades da tevê legislativa, os caminhos legais para a liberação das emissoras e os processos envolvidos na obtenção do canal digital para o município.

Com o tema Superando os desafios da produção de conteúdo e da formação de equipes, gestores de comunicação pública exibiram suas dificuldades e êxitos. Talitha Dalacosta, secretária legislativa de Comunicação de Tupã, por exemplo, apresentou seu case que, segundo ela,

mereceu destaque não só pelo sucesso, mas também por se tratar de uma das primeiras emissoras legislativas do Brasil a receber a autorização para operar em sinal gratuito digital. O canal que, em fevereiro de 2013 passou a exibir sua programação em sistema digital, já conta com uma grade com 15 programas de produção própria. Somado a isso, o novo sistema permitiu, de acordo com Dalacosta, que a população fosse mais participativa durante as sessões. Para ela, o evento não só serviu como uma oportunidade de trocar experiência, como também vale destacar que há coisas a serem feitas como alocar esforços na formação de equipes especializadas.

Jacareí (SP) também participou do seminário e ressaltou que uma TV pública tem obrigação com a cidadania e democracia. A emissora que, desde fevereiro opera em sinal aberto, ampliou sua produção, criou novos programas e investiu em compartilhamento de informação em dispositivos como as redes sociais. Elton Rivas, diretor de Comunicação da Câmara Municipal do município, destaca que o foco é divulgar os trabalhos do legislativo e prestar serviços de utilidade pública.

Para Marisa Libardi, diretora da TV Piracicaba (SP) – que, desde 14 de maio, passou a integrar a Rede Legislativa de TV Digital aberta, com transmissão para toda a cidade pelo canal 60.1 – o evento, ao tratar da importância e



Vereador Marcos Nobre, Presidente da CM Uberlândia em cumprimento ao Prof. Murilo Cesar de O. Ramos (UNBI/EBC). Ao centro, Rodrigo Lucena (Presidente da Astral)

dos desafios da televisão brasileira, se mostrou extremamente importante. “A minha grande preocupação na comunicação pública é tentar desmistificar a ideia de que todos os políticos são corruptos. Nós sentimos a indiferença das pessoas nos assuntos debatidos pelas casas de leis. Quero perceber uma participação maior da população em relação ao nosso cotidiano”, afirma. De acordo com Libardi, o seminário discutiu pontos essenciais como a contratação dos funcionários das TVs e as orientações quanto aos procedimentos em relação à Justiça Eleitoral e respectivos conteúdos. “Temos resolvido os desafios na produção de conteúdos na TV de Pi-

racicaba com convênios com a OAB, USP, UNIMEP e PCJ (Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá). Somado a isso, produzimos alguns drops, documentários e programas ao vivo. Desta forma, a nossa grade de programação tem aproximadamente oito horas diárias e a dificuldade na formação da equipe ainda é algo a ser superado, pois trabalhamos no limite”, explica. Para ela, eventos desta natureza reforçam o compromisso da Astral e são benéficos para todos, “tanto para quem já está com a tevê no ar, como também para os novos representantes dos municípios que ainda pleiteiam a outorga”.

“O Brasil passa por um momento delicado onde, se por um lado existe a expansão e a liberação de canais para transmissão de TV digital no padrão SBTD-T (Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre), por outro lado há a disseminação do sistema de internet que utiliza uma faixa antes destinada à TV, mais especificamente nas faixas dos canais públicos, conhecida como a faixa dos 700 MHz”

Michel Silva

Analista de marketing da Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S/A

“As empresas que pretendem instalar uma TV devem pensar em adquirir equipamentos com garantia de assistência técnica permanente, que possa garantir o seu bom funcionamento”

Eduardo Soares
DMS Vídeo

SOLUÇÕES E EQUIPAMENTOS

Além de tratar da importância de se ter emissoras transparentes, com conteúdo disseminado e estratégias na contratação de equipe e produção de conteúdo, o Seminário Regional de Comunicação Pública trouxe à tona um leque de informações sobre os equipamentos necessários

para se implantar uma TV digital. Guilherme Cavalcanti, da STI Telecom e um dos participantes e especialistas neste quesito, falou das principais soluções técnicas do setor. “Hoje temos opções de transmissão via satélite e terrestre para desenvolvimento de projetos de tevês que, ao serem formadas, precisam se cercar de uma grande estrutura que inclui estúdio, câmeras, microfones, luz adequada, monitores, me-

sas de controle e sistemas de gravação e armazenamento, bem como antenas, receptores e transmissor. Ao todo, um montante mínimo para conseguir montar uma emissora sai entre 100 mil reais e 500 mil reais de acordo com o projeto, área de abrangência, qualidade dos equipamentos na modalidade de compra ou entre 20 mil e 50 mil reais na modalidade de aluguel”, explica. Mas não basta apenas se apare-



O apoio do vereador Márcio Nobre (ao centro), Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, foi decisivo no sucesso do Seminário

SET FIRMA PARCERIA COM OBJETIVO SOCIAL COMUM

Foco é desenvolver e avançar com as tevês legislativas

lhar, para criar uma emissora, afirma Cavalcanti. É preciso superar entraves na legislação, espaço físico, pessoal qualificado, aporte financeiro e de gerência dos projetos como um todo. Eduardo Soares, da DMS Vídeo, complementa com um alerta: “As empresas que pretendem instalar uma TV devem pensar em adquirir equipamentos com garantia de assistência técnica permanente que possa garantir o seu bom funcionamento”, pontua.

Michel Silva, analista de marketing da Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S/A, também participou do evento e ressaltou que qualquer projeto, por se tratar de grande complexidade, necessita de apoio de engenheiros especializados. Segundo ele, apesar de tudo, o mercado brasileiro já conta com o que há de mais moderno no transporte de sinal de TV digital, seja para transmissão e recepção quanto produção e captação de imagens. “Claro que, para operar, existem etapas.

Para que uma emissora (comercial ou pública) seja autorizada a transmitir algum conteúdo por meio de radiodifusão, ela antes tem que obter a concessão do canal pela Anatel. Para isso, primeiramente é executado um projeto técnico por um engenheiro ou empre-

O Seminário Nacional de Comunicação Pública, em Uberlândia, além de abordar de uma forma geral as etapas técnicas para a instalação e operação das emissoras legislativas, conteúdo, produção, distribuição e transmissão, contou com a participação da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), que estabelece uma parceria com a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) com foco nas tevês legislativas. Este trabalho com a Astral, segundo Valderez de Almeida Donzelli, da SET e da ADTHEC - Engenharia & Sistemas/Regularização, visa a cooperação entre associações, sem nenhum vínculo de serviços prestados, mas sim com um objetivo social comum, ou seja, desenvolver as emissoras legislativas.

No evento, Donzelli ministrou palestra com objetivo de apresentar sua atuação em todo o processo de TV Digital no Brasil, seus grupos de estudo e as linhas de ações que podem ser trabalhadas em conjunto. O especialista abordou formas de buscar soluções e orientações técnicas para aplicações e regulamentos, especificações mínimas para edital (com a manutenção da qualidade técnica na estação), estúdios (equipamentos e infraestrutura), transmissão (equipamentos e infraestruc-

tura), armazenando e utilização de conteúdo, manutenção e operação. O objetivo conjunto foi de encontrar a excelência em tecnologia adequada à realidade da TV Legislativa, com a multiprogramação, TV Digital aberta, produção – geração – distribuição (multimeios) e cobertura da TV Digital aberta, TV digital na Câmara Municipal. “Tratei de pontos como qualidade de equipamentos, como especificá-los e armazená-los, infraestrutura necessária no que se refere, por exemplo, a acústica, nobreak, sala de transmissão, quando compartilhar e quando construir. Em linhas gerais, o que vi foi um grande interesse de todos os presentes”, afirma Donzelli.

Para Valderez, o ideal para o futuro das emissoras está na busca pelo equilíbrio entre investimento e tecnologia, que venham a atender o propósito da emissora. “Em Uberlândia, o público foi, principalmente, de câmaras municipais que têm implantado as Tvs em suas cidades ou que estão interessadas em implantar. Como o projeto Rede Legislativa de TV Digital é novo, é de grande importância fóruns deste tipo, pois assim se faz a construção do conceito da rede de forma colaborativa, com a troca de experiência entre os participantes”, finaliza.



Seminário mostrou cases e ressaltou o papel da TV legislativa como ferramenta no processo de fortalecimento da democracia

sa de engenharia, estes estudos contidos neste projeto apontam como e quais equipamentos serão utilizados. Por exemplo, uma cidade com 250 mil habitantes precisa ter um sistema de transmissão mais potente que uma cidade de 100 mil. Um estudo como este também identifica a topografia da região que influencia na definição dos equipamentos”, esclarece.

Para Silva, com um mercado onde são disponibilizadas câmeras para captação de imagem digital e sistemas para transmissão digital, as emissoras, porém, ainda enfrentam detalhes delicados para entrarem no ar. “O Brasil passa por um momento delicado onde, se por um lado existe a expansão e a liberação de canais para transmissão de TV digital no padrão SBT-D-T (Sis-

tema Brasileiro de TV Digital Terrestre), por outro lado há a disseminação do sistema de internet que utiliza uma faixa antes destinada à TV, mais especificamente nas faixas dos canais públicos, conhecida como a faixa dos 700 MHz.

No nosso país, as empresas privadas ou o poder público contam com diversas opções de consultorias técnicas para o desenvolvimento de projetos técnicos de transmissão e de geração de conteúdo. É preciso planejar”, conclui. 📌

“A minha grande preocupação na comunicação pública é tentar desmistificar a ideia de que todos os políticos são corruptos. Nós sentimos a indiferença das pessoas nos assuntos debatidos pelas casas de leis. Quero perceber uma participação maior da população em relação ao nosso cotidiano”

Marisa Libardi
Diretora da TV Piracicaba (SP)

O Modelo de Contratação da TV Câmara mineira

POR | GUILHERME MINASSA

A terceirização de serviços é o modelo de gestão predominante, adotado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, para a contratação de funcionários da TV Câmara-BH. Como qualquer outro modelo, este tipo de gestão apresenta vantagens e desvantagens que devem ser analisadas e debatidas com prudência, principalmente porque, quando se trata de administração pública, os agentes políticos não necessariamente adotam os mesmos mecanismos ao construírem suas agendas.

No nosso caso, para a execução dos serviços de criação, produção, edição e finalização de telejornais, vinhetas e programas de televisão, a emissora mantém uma equipe de 28 profissionais terceirizados com as seguintes funções: dois chefes de redação; um editor-chefe/apresentador; dois editores de texto; quatro repórteres/apresentadores; quatro produtores; um diretor de TV; quatro editores de imagem; quatro cinegrafistas; um operador de áudio; quatro auxiliares e um motorista.

No momento, ressalta-se, porém, que este tipo de serviço dentro do jornalismo da Casa pode ser vantajoso, ao solucionar uma deficiência verificada na Comunicação Social, que trabalha com um quadro reduzido de jornalistas concursados. Desta forma, em parte, a terceirização na tevê acaba por suprir a falta de pessoal especializado, aumenta a produtividade e o fortalecimento da comunicação.

Vale registrar que o primeiro concurso para jornalistas promovido pelo Legislativo Municipal de Belo Horizonte (MG) é recente, pois foi realizado em 2008. O que se espera, no entanto, é que a instituição amplie a oferta de vagas nessa área, com o recrutamento de profissionais por meio de novos processos seletivos. Com isso, num processo natural de amadurecimento, a TV Câmara-BH poderia ser beneficiada, a exemplo do que se verifica em outras casas legislativas, o que contribuiria significativamente para o crescimento da emissora.

Em outra vertente, a terceirização dos serviços

na área técnica é vantajosa para a CMBH, ao levar em consideração o alto custo dos equipamentos. Nos dias atuais, a mídia legislativa, assim como ocorre nas tradicionais, requer a incorporação de novas tecnologias. Entretanto, esse aparato tecnológico pode onerar a máquina administrativa, uma vez que se torna indispensável a manutenção e até mesmo a aquisição de novos equipamentos. Neste aspecto, a agilidade que a terceirização propicia é um ponto positivo, em razão das exigências impostas pelas tevês digitais.

A desvantagem neste modelo se esbarra em questões burocráticas, quando da necessidade da realização de outra licitação, por razões diversas, o que emperra todo o processo de contratação, pois os prazos exigidos em leis podem levar dias ou meses até que se conheça a empresa vencedora. Quando se trata da esfera pública, neste caso, a morosidade é um fator que dificulta os serviços a serem executados mediante a terceirização.

Pelo modelo atual, a TV Câmara-BH, ao utilizar o padrão XD CAM (FULL HD), se coloca entre os patamares das maiores redes de tevês do mundo, com equipamentos que permitem a transmissão com controle de qualidade para o cidadão. Com isso, a equipe técnica, mantida por meio de terceirização, poderá permanecer no rol das vantagens, dependendo da linha editorial política das futuras mesas diretoras da Casa.

Quanto a aspectos trabalhistas, os profissionais disponibilizados pela empresa terceirizada não têm qualquer vínculo empregatício com a CMBH e é desta a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos os tributos e encargos decorrentes das relações de trabalho, bem como o cumprimento das convenções coletivas das categorias e de todos os dispositivos legais pertinentes. Pelo contrato, a qualquer momento, a Casa poderá solicitar a comprovação do cumprimento destas obrigações, sob pena de retenção de créditos e aplicação de penalidades legais e contratuais cabíveis. ■

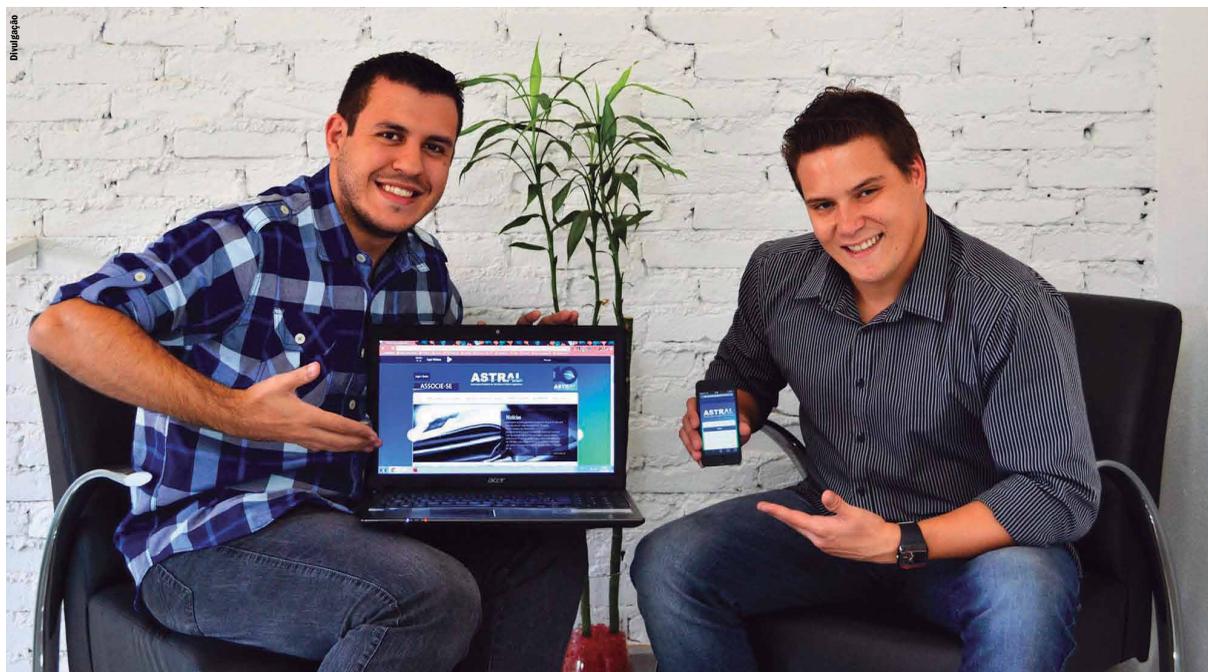
Site da Astral ganha nova cara

Mudança inclui acesso por dispositivos móveis e, em breve, permitirá compartilhamento de programação

POR | ANDREZZA QUEIROGA

Com evidente avanço, seja no que se refere a um número cada vez maior de associados, abrangência dos eventos ou seu trabalho cooperativo para formar uma comunicação pública cada vez mais transparente e compartilhada, a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) agora dá mais um passo a caminho da formação de uma rede que tem, como um de seus objetivos, permitir e fortalecer o intercâmbio entre as emissoras. Trata-se de seu endereço eletrônico que, apesar de se manter sob o mesmo domínio, está total-

mente renovado e recheado de novidades. “O site da Astral sempre desempenhou um papel importante para divulgar e levar informações aos seus associados. Ocorre que, depois de vários anos, o portal precisava ser reformulado para atender o momento atual, atualizar seu layout, introduzir as redes sociais e, com esses dez anos de história da Associação, era preciso que o site se adequasse ao crescimento e ao momento tecnológico atual”, conta Ana Maria Faria de Oliveira, administradora e uma das responsáveis pelas inovações no endereço eletrônico.



Ruben Yur de Castro e Luiz Carlos Guimarães, responsáveis pelas mudanças no site

O site, www.astralbrasil.org, além de ter um layout novo, traz outras novidades. De acordo com Ruben Yur de Castro e Luiz Carlos Guimarães, webdesigners responsáveis por esta mudança, vale destacar aspectos como divulgação e otimização do portal. “Agora existe uma seção de anúncios dos associados na home page onde antes não existia. Outra mudança fundamental foi a criação de uma seção exclusiva para a revista da Associação, o que permite aos usuários acessar as revistas no formato digital. Somado a isso, foi criado o campo login, onde os usuários cadastrados podem visualizar os conteúdos restritos e exclusivos, diferentes dos usuários comuns. Sem contar com a facilidade do campo de busca, que auxilia o usuário a encontrar as informações desejadas; o Google Maps para orientar sobre a localização da Associação e a praticidade que permite o acesso ao site por meio de dispositivos móveis como smartphones e tablets”, explicam.

Para Ana Maria, as alterações no endereço eletrônico deixaram a aparência mais “clean”, sem perder a facilidade de navegação para que qualquer usuário, independentemente do seu conhecimento de internet, não tenha dificuldade de acessar qualquer área. “Vale destacar os espaços dedicados a eventos e aos associados, bem como um ícone em destaque para a Revista da Astral, com suas versões em PDF e na versão “folhear”. Estas opções facilitam a disseminação das informações do setor de rádios e TVs legislativas por meio da leitura on-line”, pontua.

O site, segundo os especialistas técnicos, antes da reformulação, contava com itens desnecessários que prejudicavam a navegação naquela página. “Na página inicial, o áudio iniciava automaticamente, causava incômodo e desinteresse aos usuários, o que já foi alterado e, agora, o internauta pode optar por ouvir ou não o som. Além disso, o layout contava com tons monocromáticos e fontes ilegíveis, e não estimulava o interesse em



Wanderley de Oliveira, diretor técnico da Astral

explorar o conteúdo. E, por falar em conteúdo, este ícone não estava separado em categorias, o que resultava em uma desorganização de informações e não evidenciava as notícias em destaque que deveriam estar bem visualizadas”, afirmam.

Castro e Guimarães contam que, ao imaginarem uma nova cara do site, pensaram em um projeto que contemplasse beleza, dinamismo, modernidade e qualidade. Para isso, implementaram cores mais vivas e atraentes para a navegação, fontes maiores e legíveis para fácil acesso, conteúdo organizado e distribuído, bem como um espaço para banners e anúncios para os associados.

“Agora existe uma seção de anúncios dos associados na home page que não existia. Outra mudança fundamental foi a criação de uma seção exclusiva para a revista da associação, o que possibilita aos usuários o acesso das revistas no formato digital”

Ruben Yur de Castro e Luiz Carlos Guimarães
Webdesigners responsáveis pelo site

“Para a programação utilizamos “div’s” e elementos em javascript que oferecem mais dinamismo e modernidade ao site. Na parte de otimização, agora todo o portal é otimizado para os buscadores e aumenta sua divulgação”, pontuam.

Além da praticidade, organização e da possibilidade de acesso seja pelo computador ou dispositivos móveis, o endereço eletrônico, em breve, permitirá que a programação das emissoras associadas seja compartilhada on-line. “Em um segundo momento, o objetivo é fazer do site da Astral uma ferramenta on-line para a troca de conteúdos entre os associados para disseminar as produções de áudio e vídeo das associadas e, ainda, promover uma redução de custos em produção de programas de rádio e TV”, adianta Ana Maria.

Na prática, esta troca de programas produzidos pelas associadas trará diversos benefícios. “Como muitos programas são produzidos com base em problemas ou soluções, arte, folclore, cidadania das diversas regiões, esta troca será uma oportunidade do espectador de uma região conhecer as soluções e potenciais de outras regiões. Outra vantagem fundamental é que esta troca irá resultar em uma redução nos custos de produção de conteúdo de cada emissora e acelerar a entrada de mais emissoras legislativas no ar, já que este é um dos custos que mais “pesam” na manutenção de uma emissora que produz conteúdo para 10, 12 ou até 24 horas no ar”, esclarece Ana Maria.

Wanderley de Oliveira, diretor técnico da Astral e superintendente da TV da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, acredita que todas essas evoluções

contribuem para a integração entre as tevês legislativas e o ápice será este compartilhamento de conteúdo. “Os associados poderão convergir por meio deste instrumento de consolidação viabilizado pelo site da Astral. Nosso sonho sempre foi ter um intercâmbio de informações e todos os esforços têm sido feitos neste sentido”, afirma.

De acordo com Rodrigo Barreto de Lucena, diretor da TV e Rádio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e atual presidente da Astral, esta evolução

do site atende à

perspectiva de crescimento da associação. “A atualização do site implica um processo de melhoria na comunicação entre a Astral e seus parceiros no sentido de oferecer um leque maior e mais completo de informação e serviço. Em breve, este endereço eletrônico e suas respectivas ferramentas serão o ponto de referência e convergências daqueles que, de qualquer forma, se interessam pelo funcionamento da mídia legislativa, incluindo pesquisadores”, finaliza. [▶](#)



Ana Maria Faria de Oliveira, administradora e uma das responsáveis pelas inovações no endereço eletrônico

■ TV ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO NORTE

10 ANOS DE CONQUISTAS

Emissora se destaca por ser uma das pioneiras

A TV Assembleia do Rio Grande do Norte comemora dez anos de atividades. Ela também pode se orgulhar de ser uma das pioneiras entre as emissoras legislativas, pois foi a terceira TV Assembleia a entrar em operação no país e a primeira no Norte-Nordeste. Além disso, é hoje vista como um modelo de eficiência entre suas congêneres.

A emissora foi criada oficialmente em 23 de setembro de 2003 e entrou no ar, pela TV a Cabo na capital potiguar, no dia 8 de outubro do mesmo ano. Em 2008, passou a transmitir sua programação em canais abertos na Grande Natal e em diversas regiões do estado. A emissora é administrada pela Fundação Djalma Marinho, instituição de direito público ligada à Assembleia Legislativa do estado.

Desde sua criação, a TVAL-RN tem sido pautada segundo princípios bem definidos: cabe a ela divulgar as ações da Assembleia Legislativa de forma isenta, apartidária, democrática e republicana, além de possibilitar uma melhor compreensão pública dos processos legislativos e contribuir para o aperfeiçoamento da democracia no estado.

Outro dever da emissora é contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural dos norte-rio-grandense com uma ampla valorização de informações nas áreas de cultura, educação, saúde, tecnologia e economia que atendam às peculiaridades das diversas regiões do estado.

Atualmente a grade de programação da TVAL-RN é cons-

tituída por 27 programas locais fixos, com veiculação diária, semanal ou mensal, além da cobertura ao vivo das sessões plenárias, reuniões de comissões, audiências públicas e outros eventos realizados pela Assembleia Legislativa do estado. Apenas quatro desses programas, todos considerados de interesse social, são produzidos por instituições públicas locais e veiculados em parceria.

Essa produção, que constitui a maior grade de programação local na televisão potiguar e uma das mais expressivas entre as emissoras legislativas do país, é realizada pelas equipes de jornalismo da emissora e pelo Núcleo de Produção Especial. O trabalho é realizado por 60 profissionais terceirizados, entre jornalistas, produtores e técnicos, os quais atuam na sede da emissora, no prédio da Assembleia Legislativa, ou num anexo do núcleo, localizado em outro local.

Hoje a TVAL-RN já pode ser sintonizada em canais abertos em sete regiões do estado e a Grande Natal. Para 2014, está prevista a instalação de outras 12 repetidoras e a inauguração da transmissão digital na capital, com o que se beneficiará mais de 80% da população potiguar. Com isso, a emissora deve abrir novos espaços em sua programação jor-

nalística e cultural, com o objetivo de atender às expectativas regionais que certamente surgirão em função da maior interiorização de seus sinais.

Agora, quando inicia uma nova etapa em sua história, ela se prepara para enfrentar o desafio de ampliar o espaço já consolidado na mídia potiguar e iniciar sua participação dentro da Rede Legislativa Brasileira de Televisão Digital. Para tanto, a estrutura de produção está reforçada com a entrada em operação de um anexo da emissora, localizado dentro do próprio prédio da Assembleia Legislativa. Esse novo espaço físico contemplará uma sala de redação, outra de produção de mídias digitais, um arquivo e duas novas ilhas de edição, uma delas para digitalização do enorme acervo de fitas da emissora e outra para pós-produção. Também está prevista a aquisição, no primeiro semestre de 2014, de uma Unidade Móvel de Produção, que incluirá um up link para satélite. ■



Logo criado especialmente para os dez anos da TV

■ TV CÂMARA DE JACAREÍ

Unidade móvel amplia capacidade de cobertura da TV Câmara do município



Programação inclui debates e programas de caráter cultural e esportivo

Criada em 28 de abril de 2008, a TV Câmara de Jacareí (SP) tinha o objetivo de transmitir as discussões e votações do plenário e das comissões, dando maior transparência à rede de elaboração das leis que regem o dia a dia do município. A partir de sua missão principal, tornou-se um veículo de promoção das atividades parlamentares e se firmou com um canal público de informação e cidadania.

Operando em sinal aberto desde fevereiro de 2013, a emissora - que levou cinco anos para conseguir alcançar este upgrade - acompanha os trabalhos

dos vereadores e qualquer manifestação de interesse público, além de exibir ao vivo todas as sessões do plenário. De acordo com Elton Rivas, diretor de Comunicação da Câmara Municipal do município, a linguagem da TV recebe especial atenção para traduzir ao telespectador o processo legislativo e tornar as notícias e informações claras e acessíveis. “Trata-se de uma TV pública, com enfoque no legislativo, que tem obrigações com a cidadania e a valorização do município e de sua gente, com a difusão de valores éticos, morais, sociais, artísticos e cultu-

rais. Temas como a democracia, defesa do consumidor, proteção ao meio ambiente e o respeito aos direitos do cidadão são o compromisso da TV Câmara Jacareí, como um canal público que busca qualidade em oferecer alternativa de boa programação para o cidadão de todas as idades”, sustenta.

A emissora tem passado por intensas transformações em sua grade de programação. “Saltamos de uma produção de cerca de 5 horas semanais, compartilhadas com a programação da TV Assembleia Legislativa de São Paulo, para as atuais 11 ho-

ras de programação própria, 24 horas no ar”, conta o diretor.

A ampliação da grade de programação da tevê implicou na criação de novos programas, produção do jornal diário, remodelamento da identidade visual da TV e sua integração da TV com outras ferramentas de comunicação como redes sociais e o site do Poder Legislativo municipal. “Nossa linha editorial é pautada pela divulgação dos trabalhos do legislativo, prestação de serviços e utilidade pública.

Atualmente, a TV conta com dois estúdios, um deles para utilização de Chroma Key e outro com cenários que podem ser remanejados para possibilitar a gravação de até cinco diferentes programas. O custo de produção dos programas gravados na própria Câmara, seja nos dois estúdios ou nos espaços físicos do prédio utilizados provisoriamente (auditório, sala de reuniões), é mais baixo, propicia mais dinamismo às produções que já são finalizadas na Central de Produções e demanda poucos recursos de pós-produção. Em resumo, os programas são gravados e finalizados na mesa de corte, praticamente como se fossem produzidos ao vivo”, esclarece Rivas.

Para acompanhar os fatos do dia a dia, a emissora também possui uma unidade móvel que possibilita transmissões ao vivo e atende, desta forma, o calendário de eventos da cidade, acontecimentos que mobilizem a população e sejam de interesse coletivo.

“Os vereadores ocupam em nossa programação um espaço

igualitário no que diz respeito ao tempo e participação em programas. Além desse espaço em que o conteúdo está diretamente relacionado à atividade parlamentar de cada vereador, a TV conta com o Espaço Parlamentar, com uma hora de duração, no qual eles apresentam sua trajetória, seus trabalhos no legislativo e os temas de interesse do cidadão. Esse programa pode ser considerado uma prestação de contas do mandato”, enumera Rivas.

Com programas de caráter cultural, esportivo e debates, a TV funciona com 14 funcionários terceirizados, responsáveis pela produção, edição e difusão dos conteúdos, dois concursados e dois funcionários de chefia (Diretor Geral de Comunicação e Diretor da TV) comissionados. A equipe também conta com cinco estagiários. Com um investimento de R\$ 1,2 milhão, a emissora, além de ampliar o quadro de funcionários,

alocou recursos em equipamentos de ponta como sistemas de transmissão, desde os receptores de satélite da TV Câmara e Assembleia, até a torre (50 metros) e o sistema irradiante, um transmissor de 500 W que cobre toda a mancha do projeto técnico. Além de uma reconfiguração do sistema de transmissão, a partir do momento em que ela entrou no cabal aberto, com a aquisição de câmeras e ilhas de edição, central de produção ao vivo, para dar mais dinamismo e capacidade de produção à TV. “Foi um desafio implementar, de forma legal, a emissora com envio de documentação, articulação política para sua criação. Os trâmites legais para a aquisição dos equipamentos em virtude do detalhamento técnico dos mesmos e, também, a contratação de mão de obra capacitada para implementar o processo. Mas estamos no ar e oferecemos serviço de qualidade”, enfatiza o diretor. ▢



Programação inclui os fatos relevantes da cidade

SERVIÇO

A TV Câmara de Jacareí está disponível em sinal aberto no canal 61.4 UHF e também na TV por assinatura NET no canal 27 (digital) e 17 (analógico). Além da transmissão via internet pelo site <http://www.camarajacarei.sp.gov.br/tvcamarajacarei.htm>

■ TV CÂMARA DE BELO HORIZONTE

TV Câmara mineira se prepara para estreiar em sinal aberto

Com a implantação de um moderno canal de comunicação, que permite levar ao conhecimento do público todas as atividades da Casa, a TV Câmara de Belo Horizonte (MG) se prepara para ter toda a sua programação veiculada em canal aberto de maneira rápida e transparente. A emissora, que entrou no ar em canal fechado em 2002, deve passar a exibir sua grade em sistema digital e aberto, em março de 2014. De acordo com Guilherme Minassa, coordenador TV Câmara de Belo Horizonte, para dar este passo a mais, a emissora apostou em um novo sistema de captação, que revoluciona todo o circuito interno de vídeo e de áudio, ao transmitir os principais acontecimentos, ao vivo, via web e sinal digital para a TV Câmara, por meio dos cinco plenários da Casa.

Para avançar, a tevê aposta em novas tecnologias, que visam proporcionar melhor fluxo em um sistema de transmissão integrado. Além disso, por meio de uma licitação realizada em 2013, a emissora passa a poder viabilizar o

sistema de gravação digital em áudio. Uma das vencedoras da licitação foi Projessom Projetos e Instalação de Som Ltda., empresa especializada que presta serviços de elaboração e implantação de projeto executivo de reestruturação de sistema audiovisual, o que contribui para consolidar um sistema inédito na Casa, ao integrar todo o circuito interno de áudio digital com conexão pela TV Câmara mineira.

Segundo Minassa, esta forma de captação permite realizar a transmissão simultânea de todos os plenários e, para garantir maior segurança em caso de falha no sistema de vídeo, existe a gravação também em áudio. “A captação de áudio e vídeo pela web, por sua vez, recebe o suporte de outra empresa vencedora de licitação. A Oversee Tecnologia e Sistemas Ltda, responsável pela operação deste sistema, oferece serviços de captação, transmissão, armazenamento e publicação de sinais de áudio e vídeo pela internet, em tempo real. Além disso, disponibiliza solução e equipamen-

tos, em regime de comodato, para 500 usuários simultâneos, com sistema informatizado de gerenciamento e utilização de câmeras instaladas nos cinco plenários da Casa. A contratada está encarregada de instalar todos os cabeamentos, equipamentos, acessórios e softwares necessários ao desenvolvimento dos serviços, presta suporte e manutenção corretiva e preventiva nos materiais, sem qualquer ônus para a emissora. A estrutura operacional cria um portal com link para o site da Câmara (videoteca), com o objetivo de disponibilizar a programação da TV Câmara de BH ao vivo e por demanda”, explica.

Somado a isso, o portal da emissora autogerenciável permite a manobra de links de transmissão ao vivo para aquelas armazenadas e, ainda, o arquivamento das sessões dos plenários com visualização por demanda e na versão em download.

Com uma equipe que reúne 14 funcionários do setor, entre terceirizados e servidores efetivos, a emissora recebeu

“Em 2014, a TV Câmara de Belo Horizonte terá ainda maior visibilidade, quando toda a programação será transmitida em canal aberto digital pela conexão por fibra ótica até a TV Assembleia”

Guilherme Minassa

Coordenador da TV Câmara mineira



A emissora se prepara para estrear sua programação em sinal aberto

um moderno aparato tecnológico que permitiu considerável avanço na TV Câmara de BH. Esta revolução aconteceu a partir de concorrência realizada em 2011 vencida pela Estúdiopro, o que, segundo Minassa, contribuiu muito com a evolução do segmento de TV Legislativa nacional, ao produzir todo o conteúdo em formato digital XD Cam Full HD. “O padrão é adotado pelas maiores redes de TV aberta do País e do mundo, com a vantagem de proporcionar longevidade, acessibilidade e transparência, e facilitou a difusão em todas as mídias digitais contemporâ-

neas, como o Youtube, Vimeo e Facebook. Além disso, dentro das instalações da Câmara, a empresa implementou infraestrutura completa e disponibilizou estúdio com quatro possibilidades de cenários diferentes, seis ilhas de edição em full HD de 50 megabits, estações tricaster em tempo real para produção de programas e jornais ao vivo. Vale lembrar que a transmissão em tempo real dos plenários via web tem conexão simultânea como estúdio da TV e, a partir da atualização para o formato em HD, todo o conteúdo produzido fica disponível no portal: tvca-

marabh.com.br.

De acordo com o coordenador, os efeitos das mudanças incorporadas por todo este sistema de comunicação credenciam a Câmara de Belo Horizonte a se posicionar entre as melhores instituições públicas municipais do Brasil, em termos de tecnologia de ponta, na geração de conteúdos legislativos. “Em 2014, a TV Câmara de Belo Horizonte terá ainda maior visibilidade, quando toda a programação será transmitida em canal aberto digital pela conexão por fibra ótica até a TV Assembleia”, finaliza. **A**

SERVIÇO

A TV Câmara de BH é exibida todos os dias no canal 11 (canal fechado) pela NET e Oi. A transmissão em canal aberto está prevista para março de 2014. No site www.cmbh.mg.gov.br, as reuniões e comissões podem ser acompanhadas ao vivo. Além disso, todo o material produzido pela emissora está disponível para acesso e download em alta definição por meio do Youtube na página www.tvcamarabh.com.br

■ TV CÂMARA DE TUPÃ

Tupã se prepara para transmitir jornal diário ao vivo em 2014

Criada em 2010, a TV Câmara de Tupã (SP) foi uma das primeiras emissoras legislativas do Brasil a receber a autorização para operar em sinal gratuito digital. O canal fez sua transmissão inaugural pelo sistema a cabo em dezembro de 2010 com sete programas semanais mais a transmissão da Sessão Camarária ao vivo no sinal fechado, via canal 16 na NET e WEB. Em fevereiro de 2013, porém, isso mudou: a TV passou a exibir sua programação no canal 61.1 em sistema digital. Apesar de ainda estar em uma fase de “ajustes”, segundo o coordenador da TV Câmara, vereador Luis Carlos Sanches,

a emissora já conta com uma grade com 15 programas de produção própria, quatro produzidos na própria tevê.

Para passar a transmitir em sinal digital, a emissora passou por uma adaptação que durou aproximadamente um ano. Mudança esta que, segundo Talitha Dalacosta, secretária legislativa de comunicação do município, rendeu frutos, já que a população passou a assistir a TV, prestar mais atenção nos vereadores, nos projetos e trabalho de cada parlamentar. “A participação popular aumentou durante as sessões, o tupãense começou a ver um instrumento de participação e

nosso desafio é aumentar o entendimento e esclarecimento cada vez mais da população”, afirma a servidora.

Prestes a transmitir o jornal diário ao vivo e um programa legislativo com participação popular ao vivo, que devem estrear em 2014, a TV Câmara de Tupã conta, hoje, com um desafio pela frente: popularizar cada vez mais a TV, fazer com que a população esteja mais presente na programação da emissora. “Precisamos investir em mão de obra especializada para melhorar ainda mais a qualidade técnica dos programas e ampliar as parcerias para dinamizar a programação.



Objetivo da equipe é popularizar cada vez mais a TV

É necessário criar um CEDOC eficiente porque temos registrado não apenas as ações legislativas, mas também a história do município. Num futuro bem breve, o conteúdo da TV Câmara terá grande valor histórico para Tupã, pois as mudanças da agenda social do município são reportadas pela nossa equipe”, pontua Sanches.

Com 12 horas de programação no ar, a TV Câmara é uma ferramenta importante. Trata-se de um canal público de informação e cidadania que contribui para a maior transparência do Poder Legislativo. De acordo com a emissora, hoje, além dos cidadãos poderem acompanhar ao vivo as sessões da Câmara Municipal, o trabalho das comissões, as audiências públicas, os trabalhos dos vereadores, tudo de forma direta e transparente, o tupãense passou a apresentar suas reivindicações por meio do canal legislativo. Com o slogan a TV do Povo, a equipe de jornalismo mantém contato direto com os moradores e sempre apresenta a agenda social do município.

Somado a isso, a tevê produz matérias sobre o trabalho dos vereadores, registra e resgata a história tupãense e explora temas de interesse público.

Desde que assumiu a Secretaria Legislativa de Comunicação da Câmara Municipal de Tupã, em fevereiro deste ano, Talitha Dalacosta consolidou a implantação do sistema digital e ampliou as parcerias para criar novos programas na grade do canal legislativo. Ela



Sinal digital fez a participação popular aumentar durante as sessões

diversificou a programação em vários gêneros e fechou parcerias para dinamizar a programação (Fundação Roberto Marinho - canal Futura, canal educativo da prefeitura do RJ -MULTIRIO, Instituto Itaú Cultural, Instituto UNIFIEO, DW – Deutsche Welle), além de priorizar a participação dos vereadores. “Em minha opinião, a programação deve ser, em primeiro lugar, acessível, atraente para começarmos um canal direto de comunicação com o cidadão para que amplie seu entendimento sobre o que acontece no parlamento e participe. A política é a ciência da discussão, trocas de experiências e vivências, negociação de interesses e deve ser inserida no contexto social do cidadão já na adolescência”, sustenta.

Por causa da qualidade na programação e na estrutura operacional, a TV Câmara recebe visita de diversas câmaras

municipais da região e de outros estados interessadas em implantar um canal legislativo. “A TV Câmara de Tupã é hoje uma referência em Brasília, pois é citada como exemplo para outras câmaras municipais do Brasil que desejam implantar este sistema. Tupã foi um dos primeiros municípios do País a receber a autorização do Ministério das Comunicações para operar em sinal aberto digital”, destacou o presidente da Câmara Municipal de Tupã, Antônio Alves de Sousa. “O desafio da emissora é levar uma programação de qualidade, com informações relevantes e de interesse da sociedade tupãense. A proposta é colocar em pauta os temas discutidos na esfera Legislativa, dando maior transparência ao trabalho dos vereadores. Assim, a TV Câmara cumpre sua função social de informar e propor reflexões”, analisa Sanches. ▢

SERVIÇO

A TV Câmara de Tupã é exibida todos os dias no canal 16 (canal fechado) e canal 61.1 (canal aberto). O horário da programação e os programas produzidos pela TV podem ser acessados também pelo site tvcamara.camaratupa.sp.gov.br ou entrar em contato pelo e-mail: tvcamara.camaratupa.sp.gov.br.

■ TV CÂMARA DE BAURU

EM SINAL DIGITAL E ABERTO

No dia 1 de agosto de 1998, a TV Câmara de Bauru (SP) entrou no ar no canal 10 da NET e, agora, 15 anos depois, a emissora passou a ser transmitida no sinal aberto e digital.

A Câmara Municipal de Bauru entregou no último dia 31 de julho, em sessão solene, o sinal aberto e digital da TV Câmara Bauru, em solenidade presidida pelo presidente da Câmara, Sandro Bussola, e que teve também a presença do prefeito de Bauru, Rodrigo Agostinho, do presidente da Astral, Rodrigo Barreto de Lucena, e do deputado federal Vaz de Lima (PSDB).

Na oportunidade, Marcelo Malacrida, diretor de Comunicação da TV Câmara de Bauru, ressaltou o empenho e a dedicação dos funcionários da TV Câmara e salientou que não existe serviço público sem servidor público. De acordo com o executivo, o projeto no sinal aberto e digital consumiu dois anos de trabalho. “Superamos a burocracia do serviço público para poder fazer o que tinha que ser feito”, afirma.

A emissora, que aposta em uma programação rica, produz, diariamente, programas de entrevistas, matérias, boletins informativos e transmite ao vivo tudo o que acontece no plenário do legislativo, contou com investimentos no valor de R\$ 1,8 milhão.

Sua estrutura, composta por programas pensados para

facilitar e descomplicar a produção, conta com quatro jornalistas – admitidos por concurso público – que produzem, com bastante liberdade, conteúdo para a grade de programação. “São gravados programas de entrevistas todos os dias e produzidas matérias e boletins diários. Faz parte da produção a cobertura das sessões e reuniões que acontecem no plenário”, esclarece o diretor.

A emissora contratou, em 1998, técnicos e jornalistas para colocar a emissora no ar. Em 2011, no entanto, começou um processo de reestruturação tecnológica e de recursos humanos. O resultado disso é o que se vê hoje: um quadro composto por 12 profissionais, entre radialistas e jornalistas.

No ar de segunda à segunda, a TV Câmara de Bauru também alocou esforços em equipamentos e tecnologia para oferecer à população não só qualidade

no conteúdo, mas também no seu sinal. Malacrida conta que, além dos transmissores, codificadores e receptores de satélite, foi adquirida toda a infraestrutura necessária para o funcionamento sem interrupção da emissora. “Temos uma infraestrutura bastante moderna e segura. Somado a isso, foram comprados novas câmeras, ilhas de edição, sistema de armazenamento digital e um sistema de exibição profissional”, pontua.

Para o diretor, no entanto, ainda é necessário superar desafios: “Acredito que o desafio das emissoras legislativas é desconstruir a imagem negativa que o parlamento tem no Brasil. A democracia só será plena se o cidadão conhecer de fato o papel das casas legislativas numa sociedade democrática. E é só uma ferramenta - poderosa - como as emissoras legislativas é que pode realizar essa tarefa”, finaliza. ■

“Acredito que o desafio das emissoras legislativas é desconstruir a imagem negativa que o parlamento tem no Brasil. A democracia só será plena se o cidadão conhecer de fato o papel das casas legislativas numa sociedade democrática”

Marcelo Malacrida

Diretor de Comunicação da TV Câmara de Bauru (SP)

SERVIÇO

Hoje a TV Câmara de Bauru está disponível para a população da região por meio de grande parceria com a Câmara dos Deputados, que criou a Rede Legislativa de TV Digital. Operando em sistema digital e aberto em UHF, a TV pode ser sintonizada no canal 60.3 e no canal 10 da NET.

LEIA A REVISTA DA ASTRAL

Agora, também, em versão digital no:
www.astralbrasil.org



REVISTA DA ASTRAL

A melhor maneira de saber o que acontece na rede de comunicação, que leva aos brasileiros as notícias do Legislativo nos municípios, estado e no Congresso Nacional.

ANUNCIE NA REVISTA DA ASTRAL:

Fale com a EMBRASEC – Edmilson Oliveira
comercial@astralbrasil.org
comercial@embrasec.com.br
+55 (11) 2979-0806

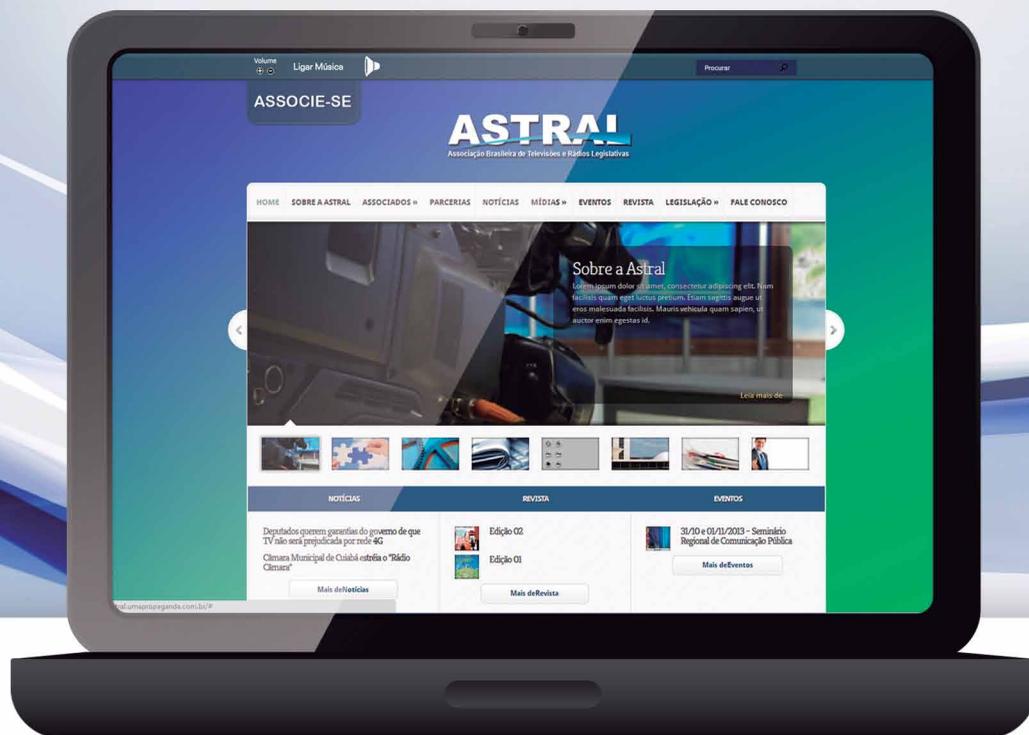
ASTRAL - Associação Brasileira das TVs e Rádios Legislativas
Tel.: +55 (61) 3037-3773
www.astralbrasil.org

https://www.

Bem-vindo ao novo site da Astral!

Ao completar 10 Anos, a Astral dá cara nova ao seu site. Agora ele conta com uma logomarca renovada que transmite a modernidade da radiodifusão pública. É mais um serviço da Associação em benefício das suas associadas.

O acesso é mais dinâmico, facilitando a consulta sobre a Astral, associadas, seus conteúdos, parceiros, notícias, eventos, mídias, legislação e, principalmente, **disponibilizando a leitura on-line da Revista da Astral, desde a sua primeira edição.**



Conheça o novo site www.astralbrasil.org